

IOCHPE-MAXION S.A.
CNPJ 61.156.113/0001-75
NIRE 35.300.014.022
Companhia Aberta

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Prezados Acionistas,

Conforme edital de convocação e manual para participação na Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”) divulgados nesta data, os acionistas da IOCHPE-MAXION S.A. (“Companhia”) são convocados para se reunirem em Assembleia a ser realizada no dia **28 de abril de 2023, às 14:00 horas**, na sede da Companhia, localizada no Município de Cruzeiro, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Othon Barcellos, 83, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como ratificar a distribuição de dividendos; (iii) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato unificado de dois anos; (iv) eleger os membros titulares e suplentes do Conselho de Administração da Companhia; e (v) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2023.

Assim, apresentamos a seguir a proposta da administração da Companhia (“Proposta”), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81/22, contendo os documentos e informações pertinentes às matérias incluídas na ordem do dia da Assembleia.

Cruzeiro, 28 de março de 2023.

DAN IOSCHPE
Presidente do Conselho de Administração

ÍNDICE

I - TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	3
II - DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, BEM COMO RATIFICAR A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	4
III - DELIBERAR SOBRE O NÚMERO DE MEMBROS A COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NO PRÓXIMO MANDATO UNIFICADO DE DOIS ANOS	5
IV - ELEGER OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA	5
V - FIXAR A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023	7
ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	8
ANEXO II – INFORMAÇÕES DO ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22	39
ANEXO III – INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	45
ANEXO IV – INFORMAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	63

I - TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos do último exercício, bem como as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas de suas notas explicativas, encontram-se disponíveis na sede da Companhia e nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores desde o dia 20 de março de 2023, bem como foram publicados no jornal “Valor Econômico”, na sua edição impressa e na página do referido jornal na rede mundial de computadores (<https://valor.globo.com/>), em 21 de março de 2023.

Adicionalmente, foram devidamente divulgados e publicados, em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, o relatório dos auditores independentes (Ernst & Young Auditores Independentes) sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, nos termos do artigo 10 da Resolução CVM nº 81/22.

Também se encontra disponível nas páginas da Companhia, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, desde o dia 20 de março de 2023, o formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Adicionalmente, em atenção ao disposto no inciso III do artigo 10 da Resolução CVM nº 81/22, apresentamos no [Anexo I](#) da presente Proposta nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do Item 2 do Formulário de Referência.

Assim, propomos que sejam aprovados pela Assembleia o relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos do exercício findo, bem como as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

II - DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, BEM COMO RATIFICAR A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou lucro líquido no montante de R\$ 278.933 mil. Assim, conforme indicado no relatório da administração e nas demonstrações financeiras da Companhia divulgados em 20 de março de 2023, propomos que seja aprovada pela Assembleia Geral a seguinte destinação do lucro líquido: **(a)** R\$ 14.219 mil destinados à reserva legal; **(b)** R\$ 105.223 mil destinados ao dividendo obrigatório, distribuído aos acionistas da seguinte forma: **(i)** R\$ 59.699 mil por meio de juros sobre o capital próprio (“JCP”) (líquidos de IRRF) aprovados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 29 de junho de 2022 e 28 de setembro de 2022, conforme facultado pelo artigo 42 do estatuto social da Companhia, e **(ii)** R\$ 45.524 mil a título de dividendos aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de março de 2023, *ad referendum* da Assembleia; e **(c)** R\$ 164.945 mil destinados à reserva estatutária de investimentos e capital de giro.

O valor bruto dos JCP declarados (A) na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2022 foi de R\$ 35.581 mil, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,2349017 por ação, tendo a data de corte que identifica os acionistas que fazem jus aos JCP ocorrido em 04 de julho de 2022 e as ações passado a negociar “ex-proventos” a partir de 05 de julho de 2022, inclusive; e (B) na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de setembro de 2022 foi de R\$ 30.045, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,1983575 por ação, tendo a data de corte que identifica os acionistas que fazem jus aos JCP ocorrido em 03 de outubro de 2022 e as ações passado a negociar “ex-proventos” a partir de 04 de outubro de 2022, inclusive; os referidos valores brutos sofreram retenção do imposto de renda na fonte, quando aplicável, nos termos da legislação vigente.

A data de corte que identifica os acionistas que fazem jus ao recebimento dos dividendos mencionados no item (b)(ii) acima é 23 de março de 2023, tendo as ações de emissão da Companhia passado a negociar na condição de “ex-dividendos” a partir de 24 de março de 2023, inclusive.

O pagamento dos JCP mencionados no item (b)(i) acima será realizado em 31 de março de 2023 e o pagamento dos dividendos mencionados no item (b)(ii) acima será realizado em 05 de abril de 2023, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de março de 2023.

Adicionalmente, em atenção ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 10 da Resolução CVM nº 81/22, apresentamos no [Anexo II](#) da presente Proposta as informações indicadas no Anexo A da referida resolução.

III - DELIBERAR SOBRE O NÚMERO DE MEMBROS A COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NO PRÓXIMO MANDATO UNIFICADO DE DOIS ANOS

De acordo com o Artigo 18 do estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração pode ser composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 13 (treze) membros titulares, e até 13 (treze) membros suplentes, sendo permitida a reeleição.

Observa-se que o Conselho de Administração da Companhia deverá ser composto de, no mínimo, 2 (dois) conselheiros independentes, ou 20% (vinte por cento), o que for maior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM.

O Conselho de Administração da Companhia é atualmente composto por 9 (nove) membros titulares e 6 (seis) membros suplentes. Propomos que tal número seja mantido no próximo mandato unificado de 2 (dois) anos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2025.

IV - ELEGER OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

De acordo com Artigo 19 do estatuto social da Companhia, não tendo sido solicitado, na forma da Lei nº 6.404/76, o processo de voto múltiplo, a Assembleia deverá eleger, por votação majoritária, uma chapa para compor o Conselho de Administração, não sendo admitida a votação individual em candidatos.

O percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 141 da Lei nº 6.404/76 e da Resolução CVM nº 70/22, é de 5% (cinco por cento).

Assim, na forma do Parágrafo Primeiro do referido Artigo 19 do estatuto social, propomos à Assembleia a seguinte chapa para concorrer à eleição do Conselho de Administração da Companhia:

Chapa proposta para concorrer à eleição do Conselho de Administração em 2023		
#	Candidatos a membro titular	Candidatos a membro suplente
1	DAN IOSCHPE CPF: 439.240.690-34	SALOMÃO IOSCHPE CPF: 400.517.220-20
2	GUSTAVO BERG IOSCHPE CPF: 920.901.680-72	DÉBORA BERG IOSCHPE CPF: 801.868.310-72
3	IBOTY BROCHMANN IOSCHPE	CLAUDIA IOSCHPE

Chapa proposta para concorrer à eleição do Conselho de Administração em 2023		
#	Candidatos a membro titular	Candidatos a membro suplente
	CPF: 000.922.820-91	CPF: 938.905.590-34
4	MAURO LITWIN IOCHPE CPF: 154.727.520-00	LEANDRO KOLODNY CPF: 000.754.180-53
5	DEBORAH STERN VIEITAS * CPF: 013.968.828-55	MAURO KNIJNIK * CPF: 002.231.740-68
6	NILDEMAR SECCHES * CPF: 589.461.528-34	RONALD JOHN ALDWORTH * CPF: 052.981.130-87
7	SERGIO LUIZ SILVA SCHWARTZ * CPF: 383.104.659-04	---
8	ALEXANDRE GONÇALVES SILVA * CPF: 022.153.817-87	---
9	HENRIQUE BREDDA * CPF: 221.014.238-55	---

** Candidatos a conselheiro independente conforme critérios do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM.*

Observa-se que, conforme declarações de enquadramento em relação aos critérios de independência fornecidas pelos candidatos, e de acordo com a manifestação do Conselho de Administração da Companhia constante da ata da reunião realizada em 20 de março de 2023 (disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores), os candidatos destacados no quadro acima como candidatos a conselheiro independente se enquadram nos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e no Anexo K à Resolução CVM nº 80/22.

Da mesma forma, verificou-se que todos os candidatos acima são externos, ou seja, nenhum deles possui vínculo atual comercial, empregatício ou de direção com a Companhia. Informa-se, ainda, que o Conselho de Administração, com o assessoramento do Comitê de Nomeação e Remuneração, avaliou as indicações acima, confirmando que o perfil dos candidatos que integram a chapa proposta está aderente aos critérios previstos no regimento interno do Conselho de Administração e na Política de Indicação da Companhia, tal como manifestado na ata de reunião anteriormente mencionada.

Adicionalmente, em atenção ao disposto no inciso I do artigo 11 da Resolução CVM nº 81/22, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, relativas aos candidatos a membros do Conselho de Administração acima indicados, constam do [Anexo III](#) da presente Proposta.

V - FIXAR A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023

Propomos que a remuneração global dos administradores da Companhia, ou seja, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, para o exercício de 2023 seja fixada no valor de até R\$28,0 milhões, a ser distribuído pelo Conselho de Administração nos termos do Parágrafo Quarto do Artigo 17 e da alínea (e) do Artigo 24 do estatuto social da Companhia. Esclarece-se que tal montante não engloba os encargos sociais de ônus da Companhia.¹

O valor da remuneração global dos administradores proposto para o exercício social de 2022 foi de até R\$26,5 milhões, também sem incluir os encargos sociais de ônus da Companhia. O acréscimo proposto no valor da remuneração global dos administradores para o exercício de 2023 justifica-se principalmente pela aplicação do índice de inflação (IPC-A) no período e pela acumulação do valor potencial dos Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia (conforme detalhado no item 8.4 do [Anexo IV](#) dessa Proposta).

O valor efetivamente pago aos administradores da Companhia referente ao exercício social de 2022 foi de R\$19,0 milhões, sem considerar os encargos sociais de ônus do empregador. O montante da remuneração global dos administradores efetivamente incorrido não atingiu o montante total fixado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 2022, pois este previa a contratação de mais um diretor estatutário, o que não ocorreu, e devido ao não atingimento da remuneração variável máxima proposta.

Para fins de esclarecimento e melhor entendimento do acima exposto, cumpre salientar que os valores supramencionados são todos aplicáveis para o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, e não para o período entre as assembleias gerais ordinárias.

A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, ou seja, tal órgão funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que representem o percentual mínimo de ações previsto na regulamentação aplicável. Esclarecemos que o valor proposto acima não contempla eventual remuneração de membros do Conselho Fiscal.

Adicionalmente, em atenção ao disposto no inciso II do artigo 13 da Resolução CVM nº 81/22, apresentamos no [Anexo IV](#) da presente Proposta as informações indicadas no Item 8 do Formulário de Referência.

* * * * *

¹ Conforme entendimento do Colegiado da CVM, manifestado em reunião realizada em 08.12.2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-1012), os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA****ANEXO I – Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia**

Seguem abaixo os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do Item 2 do Formulário de Referência:

2.1. Comentário dos Diretores**a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

O ano de 2022 foi caracterizado por incertezas econômicas e geopolíticas mundiais, com níveis de inflação e taxas de juros em patamares historicamente elevados. Gargalos e interrupções na cadeia de abastecimento continuaram impactando o setor ao longo do ano.

Mesmo diante deste cenário, a produção global de veículos leves, excluindo a China, segundo a consultoria IHS, apresentou um crescimento de 6,7% em 2022. A produção de veículos comerciais, também excluindo a China, segundo a consultoria LMC, apresentou um crescimento de 9,5% em 2022.

A receita operacional líquida cresceu 23,8% em 2022, atingindo R\$ 16,9 bilhões, um recorde de faturamento anual.

O EBITDA foi de R\$ 1.736,9 milhões, um crescimento de 1,0% em 2022, excluindo os efeitos não recorrentes nos anos de 2021 e 2022. O resultado líquido foi um lucro de R\$ 278,9 milhões em 2022.

A alavancagem financeira, medida pela relação do endividamento líquido sobre o EBITDA dos últimos 12 meses, foi de 2,26x em 2022, comparado com 2,33x em 2021.

O endividamento líquido em 2022 reduziu em 8,9% em relação a 2021 (ou R\$382,5 milhões), suportado pela geração de caixa operacional no ano. O índice de liquidez, mensurado pela liquidez total dividida pela dívida de curto prazo, terminou o ano em 2,7x, comparado com 0,7x em 2021.

A posição de caixa ao final de 2022 foi de R\$ 2.287,1 milhões comparado com R\$ 1.088,1 milhões ao final de 2021. Adicionalmente, a Companhia tem uma linha de crédito compromissada (*Revolver Credit Facility*) não sacada de R\$ 500,0 milhões que compõe a liquidez total mencionada no parágrafo anterior.

Abaixo são apresentados indicadores de liquidez.

Índice de liquidez corrente:

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2022	2021
Ativo Circulante	7.886.325	6.847.514
Passivo Circulante	4.768.463	5.166.728
Liquidez Corrente	1,65	1,33

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez corrente da Companhia foi calculado através da divisão matemática do ativo circulante pelo passivo circulante.

A melhora no índice de liquidez corrente no ano de 2022 está relacionada ao aumento do caixa e equivalentes de caixa e redução de empréstimos, financiamentos e debêntures reconhecidos no passivo circulante.

Índice de liquidez seca:

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2022	2021
Ativo Circulante	7.886.325	6.847.514
(-) Estoques	2.702.075	3.196.694
Ativo Circulante – Estoques	5.184.250	3.650.820
Passivo Circulante	4.768.463	5.166.728
Liquidez Seca	1,09	0,71

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez seca difere-se do índice de liquidez corrente por conta da exclusão dos estoques em relação ao cálculo anterior, por ele não apresentar liquidez compatível com as demais contas do ativo circulante. Esse índice será inevitavelmente menor do que o índice de liquidez corrente.

A melhora no índice de liquidez seca no ano de 2022 é relacionada ao aumento do caixa e equivalentes de caixa (incluindo uma redução dos estoques) e redução de empréstimos, financiamentos e debêntures reconhecidos no passivo circulante.

Com a disrupção da cadeia de suprimentos após o início da pandemia da COVID-19, a Companhia se deparou com níveis mais elevados de estoques em função das paradas não programadas das montadoras. Dado a uma melhora nesse quadro de interrupção da cadeia de suprimentos, foi

possível começar a diminuir os níveis de estoque, o que contribuiu para a melhora do índice de liquidez seca.

Índice de liquidez imediata:

Descrição ⁽¹⁾	2022	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.287.054	1.088.114
Passivo Circulante	4.768.463	5.166.728
Liquidez Imediata	0,48	0,21

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez imediata é calculado através da divisão matemática do saldo de caixa e equivalentes de caixa pelo total do passivo circulante. Nesse sentido, no último exercício social, o caixa da Companhia não era suficiente para a liquidação de todas as obrigações de curto prazo da Companhia.

Vale ressaltar que, para uma análise correta da liquidez da Companhia, não é aconselhável o estudo deste índice de forma isolada, mas sim à luz do setor em que a Companhia opera. Esses indicadores de liquidez não são medidas contábeis definidas pelas normas IFRS e práticas contábeis brasileiras, e a Companhia não os utiliza na sua gestão.

Não obstante, o tema liquidez sempre foi uma questão de atenção pela Companhia, a qual tomou medidas, como, por exemplo, o aumento do caixa mantido pela empresa e o alongamento do perfil do endividamento, após o início da pandemia da COVID-19. Com isso, o seu endividamento de curto prazo reduziu de 26,8% ao final de 2021 para 16,0% ao final de 2022.

b) Estrutura de capital

As tabelas abaixo contêm a estrutura de capital da Companhia e demonstram a participação de capital de terceiros para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 considerando: (i) o patrimônio líquido como capital próprio; (ii) a soma do passivo circulante com o passivo não circulante como capital de terceiros; e (iii) a divisão do item “(ii)” pelo item “(i)” acima como a participação de capital de terceiros.

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2022	2021
Passivo Circulante	4.768.463	5.166.728
Passivo Não Circulante	6.134.185	4.954.683
Total do Passivo	10.902.648	10.121.411
Patrimônio Líquido	4.292.808	4.398.119

Participação de Capital de Terceiros	2,54	2,30
Participação de Capital de Terceiros (%)	71,7%	70,0%
Participação de Capital Próprio (%)	39,4%	30,0%

Ressaltamos que as variações constatadas no patrimônio líquido nos últimos anos estão relacionadas à variação cambial dos investimentos no exterior. O aumento do passivo em 2022 está relacionado ao crescimento do endividamento bruto da Companhia, porém vale salientar que tivemos um crescimento do nível de caixa neste período.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A prática de captação de recursos e gestão de caixa é focada no balanceamento entre os recursos disponíveis em caixa, somados à geração de caixa operacional, aos recursos provenientes da contratação de financiamentos e a capacidade da Companhia em honrar com as obrigações contratadas, em diferentes cenários previstos de mercado.

Dessa forma, é possível manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e continuar investindo em seus projetos de crescimento.

A posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 2.287,1 milhões. O endividamento bruto consolidado em 31 de dezembro de 2022 atingiu R\$ 6.477,0 milhões, estando R\$ 1.043,6 milhões (16,1%) registrados no passivo circulante e R\$ 5.433,4 milhões (83,9%) no passivo não circulante.

A liquidez total (considerando as linhas de crédito rotativo) sobre a dívida de curto prazo foi de 2,67x ao final de 2022; uma melhora em relação ao índice de 0,73x ao final 2021. A melhora desse índice ocorreu pelo aumento da geração de caixa, contratação de linhas de crédito rotativo e alongamento do perfil do endividamento da Companhia.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Quando necessário, a Companhia capta recursos no mercado para o financiamento de capital de giro e para seus investimentos de curto e longo prazos. Os financiamentos e empréstimos estão detalhados no item 2.1 “f.” abaixo.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos da Companhia são o caixa gerado pelas suas atividades operacionais e os empréstimos e financiamentos disponíveis no mercado. Para a necessidade

imediate de capital de giro, os Diretores entendem que os financiamentos existentes e a disponibilidade de caixa da Companhia são suficientes e, quando necessário, a Companhia buscará recursos de médio e longo prazo disponíveis no mercado, tais como as linhas de crédito que têm disponíveis, seja dos bancos de varejo como dos bancos de fomento, ou poderá emitir valores mobiliários conforme as condições do mercado de capitais no Brasil e no exterior.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

O quadro abaixo apresenta o montante total da dívida consolidada da Companhia de qualquer natureza, que é igual à somatória do total do passivo circulante e do total do passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em reais):

Descrição ⁽¹⁾	2022	2021
Total do Passivo Circulante	4.768.463	5.166.728
Total do Passivo Não Circulante	6.134.185	4.954.683
Montante Total da Dívida de qualquer natureza	10.902.648	10.121.411

(1) Valores em R\$ mil

Com base nas suas estratégias e no plano de negócios, a Companhia entende que possui uma adequada estrutura de endividamento, devidamente segregada entre curto e longo prazos, para a realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento do plano de investimentos da Companhia. Os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia tem plena capacidade para obter crédito com terceiros em condições de mercado.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo, seguem todos os financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais):

	Indexador	Taxa anual de juros %	Última data de vencimento	Em 31 de dezembro de	
				2022	2021
Moeda nacional:					
Cédula de Crédito Bancário - CCB	CDI +	2,10	Fevereiro de 2024	100.414	218.436
Cédula de Crédito Bancário - CCB longo prazo	SELIC +	3,00	Dezembro de 2027	74.765	74.732
FINAME	SELIC +	3,04	Maio de 2028	286.411	254.792
FINEP	-	-	-	-	1.421
Nota de Crédito à Exportação - NCE	CDI +	2,08	Julho de 2024	451.839	271.619
Nota de Crédito à Exportação – NCE (swap)	CDI +	2,25	Março de 2024	239.844	-
Operações com Forfait	-	14,37	Janeiro de 2023	64.704	264.114
Subtotal moeda nacional				1.217.977	1.085.114
Moeda estrangeira:					
Empréstimo Longo Prazo - Dólar	SOFR 6m +	2,61	Novembro de 2024	121.056	190.337
Empréstimo Longo Prazo - Rúpia	1y MCLR +	0,15	Janeiro de 2026	54.525	104.848
Empréstimo Longo Prazo - Rúpia	1m MCLR +	0,15	Maio de 2025	13.158	18.765
Empréstimo Longo Prazo - Rúpia	3m TBill +	0,15	Abril de 2028	51.949	2.252
Empréstimo Sindicalizado – Euro	Euribor 3m+	3,00	Novembro de 2026	664.985	-
Sustainability-linked Notes Units - dólar norte-americano	-	5,00	Maio de 2028	308.622	328.728
Sustainability-linked Notes Units – Euro	-	3,50	Maio de 2028	1.750.060	1.863.522
Capital de Giro - Dólar	-	6,40	Abril de 2023	68.698	-
Capital de Giro - Dólar	SOFR 6m +	2,60	Setembro de 2024	90.254	95.433
Capital de Giro - Dólar	-	-	-	-	83.790
Operações com Forfait - Dolar	-	6,87	Janeiro de 2023	84.897	-
Capital de Giro - Euro	-	2,73	Janeiro de 2027	49.011	70.540
Capital de Giro - Euro	Euribor 1m+	1,70	Julho de 2023	110.692	124.596
Capital de Giro - Euro	Euribor 3m+	2,10	Junho de 2025	89.210	152.394
Capital de Giro - Euro	Euribor 1y+	2,70	Setembro de 2024	112.962	-
Capital de Giro - Rupia	-	6,70	Março de 2023	15.601	42.875
Capital de Giro - Rupia	1m MCLR +	0,15	Janeiro de 2023	14.276	11.482
Capital de Giro - Bath	-	3,20	Fevereiro de 2023	67.825	107.294
Subtotal moeda estrangeira				3.667.781	3.196.856
Total empréstimos e financiamentos				4.885.758	4.281.970
Debêntures - ICVM nr. 476	-	-	-	-	453.058
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	0,75	Fevereiro de 2024	352.168	339.112
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	0,95	Fevereiro de 2026	114.088	110.020
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	0,75	Setembro de 2024	357.755	348.050
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	2,00	Abril de 2025	357.534	-
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	2,60	Abril de 2027	409.685	-
Total debêntures				1.591.230	1.250.240
Total empréstimos, financiamentos e debêntures				6.476.988	5.532.210
Passivo circulante:				1.065.091	1.510.193
Custos a amortizar				(21.480)	(28.412)
Total				1.043.611	1.481.781
Passivo não circulante:				5.487.111	4.119.033
Custos a amortizar				(53.734)	(68.604)
Total				5.433.377	4.050.429

Notes Units – USD e Euro

Em 07 de maio de 2021, foram emitidos títulos representativos de dívida no exterior, vinculados a metas de sustentabilidade (“*Sustainability-Linked Notes Units*”), no montante de principal agregado de US\$400,0 milhões, sendo US\$340,0 milhões em *Senior Notes* emitidas pela controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH e US\$60,0 milhões em *Senior Notes* emitidas pela controlada Maxion Wheels de Mexico, S. R.L. de C.V.. As *Notes Units* foram emitidas com desconto de 1,45% sobre seu valor de face e possuem vencimento em 07 de maio de 2028, com juros fixos de 5% a.a., remunerados semestralmente e denominados em US\$. As *Sustainability-Linked Notes Units* são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia. Como medida de proteção de risco cambial, a subsidiária Iochpe-Maxion Austria GmbH, a qual possui moeda funcional em Euro, contratou operação de derivativo denominada *cross currency swap* (*swap*), usando os mesmos termos críticos das *Senior Notes*, por meio do qual os recursos da exposição em dólar foram trocados por exposição em Euro e taxa de juros de 5% a.a para 3,49%a.a.

Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia são: (i) nona emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, distribuídas em duas séries; (ii) décima emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única; e (iii) décima primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, distribuídas em duas séries. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizadas em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição, tendo amortização de juros semestral. Os detalhes são como segue:

Debêntures	Categoria	Principal na data de emissão ¹	Data de emissão	Vencimento final	Encargos financeiros	Principal em 31/12/22 ¹
9ª emissão	Simple Série 1	338.800	11/02/2019	11/02/2024	100% CDI + 0,75% a.a.	338.800
9ª emissão	Simple Série 2	111.200	11/02/2019	11/02/2026	100% CDI + 0,95% a.a.	111.200
10ª emissão	Simple	350.000	16/09/2019	16/09/2024	100% CDI + 0,75% a.a.	350.000
11ª emissão	Simple	350.000	15/04/2022	16/04/2025	100% CDI + 2,00% a.a.	350.000
11ª emissão	Simple	400.000	15/04/2022	16/04/2027	100% CDI + 2,60% a.a.	400.000

¹ Valores em milhares de reais

Nota de Crédito à Exportação – Reais

Em 2021, a Companhia captou R\$270,0 milhões com os bancos ABC Brasil, Bocom, Santander e Votorantim, com vencimentos entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023.

Em 2022, a Companhia liquidou R\$135,0 milhões de Nota de Crédito à Exportação e captou R\$300,0 milhões com os bancos Bradesco, Banco do Brasil e Intesa Sanpaolo.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo destes empréstimos era de R\$451,8 milhões.

Nota de Crédito à Exportação – Swap

Em março de 2022, a Companhia firmou dois contratos de Notas de Crédito à Exportação (NCE) denominados em dólar norte-americano no valor total de US\$45,0 milhões (equivalentes a R\$214,4 milhões), sendo um a taxa de juros fixa de 4,95% a.a. e o outro indexado a SOFR + 1,76% a.a., ambos com vencimento para março de 2024.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo destes empréstimos era de R\$239,8 milhões.

Capital de Giro – Reais

Do saldo principal remanescente em 2021, R\$117,0 milhões foi liquidado em maio de 2022 e o saldo principal de R\$100,0 milhões em fevereiro de 2022 foi renovado com vencimento para fevereiro de 2024.

Operações com Forfait – Reais

Foram contratadas operações com *forfait*, a fim de postergar os prazos de vencimento para pagamentos a fornecedores. Essas operações possuem prazo de vencimento para janeiro de 2023.

Empréstimo de Longo Prazo – USD

Em setembro de 2017, a controlada indireta Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V. contratou financiamento de longo prazo com o Itaú BBA International PLC, no valor de principal de USD 90,9 milhões, com vencimento final em setembro de 2022, cujos recursos foram destinados para pré-pagar o saldo remanescente do financiamento originalmente contratado em 2012, no montante de principal de US\$200,0 milhões, pela Maxion Componentes Estructurales de México, S.A. de C.V. (sucida pela Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.). Em novembro de 2019, o saldo remanescente de principal, então no montante de

US\$61,0 milhões, foi refinanciado com o objetivo de alongar o prazo e reduzir a taxa de juros, passando seu vencimento final para novembro de 2024 e sua taxa de juros para 2,20% a.a. + Libor (de 6 meses).

Em 17 de agosto de 2022, devido à previsão da extinção da LIBOR 6M, prevista para ocorrer em 30 de junho de 2023, a Companhia aditou o referido contrato, por meio do qual, a partir de 29 de novembro de 2022, o índice Libor 6M + 2,20% a.a. será substituído pela SOFR 6M + 2,61%a.a., taxas estas que eram equivalentes na data do aditamento. Ainda, foi extinta a garantia sobre as ações representativas do capital social da devedora Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., bem como foi retirada a obrigação da Companhia de manter um determinado índice financeiro previsto no contrato, cuja última medição ocorreu em 30 de junho de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era de R\$121,1 milhões e o saldo remanescente do principal de US\$24,4 milhões.

Capital De Giro – Euro

Certas controladas da Companhia são partes em contratos de financiamento em Euros, para fins de capital de giro, cujos valores em aberto, taxas de juros e vencimentos finais se encontram indicados na tabela acima.

Em dezembro de 2021, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou uma linha de crédito no montante de €20,0 milhões, na qual foi sacada integralmente em fevereiro de 2022 com vencimento para fevereiro de 2023. Em 9 de agosto de 2022, o vencimento dessa referida linha de crédito foi prorrogado para agosto de 2024. E, em 22 de setembro de 2022, foi prorrogado para setembro de 2024. Tal financiamento conta com garantia fidejussória da Companhia.

Em fevereiro de 2022, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou uma linha de crédito compromissada no montante de €25,0 milhões com vencimento para abril de 2023. Em 30 de setembro de 2022, o vencimento dessa referida linha de crédito foi prorrogado para junho de 2025. Tal financiamento conta com garantia fidejussória da Companhia.

Capital de Giro – Dólar

Certas controladas da Companhia são partes em contratos de financiamento em dólares, para fins de capital de giro, cujos valores em aberto, taxas de juros e vencimentos finais se encontram indicados na tabela acima.

Esses contratos de financiamento somam US\$30,0 milhões e foram celebrados com a Maxion Wheels de México, S. de R.L. de C.V. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo destes empréstimos era de R\$159,0 milhões. Tais financiamentos contam com garantia fidejussória da Companhia.

Operações com Forfait – Dólar

Foram contratadas operações com *forfait* através da controlada Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., no valor de US\$16,3 milhões a fim de postergar os prazos de vencimento para pagamentos a fornecedores. Essas operações possuem prazo de vencimento para janeiro de 2023.

Empréstimo Sindicalizado – EUR

Em novembro de 2022, a controlada lochpe-Maxion Austria GmbH contratou empréstimo sindicalizado no valor nominal de €120,0 milhões, com dois anos de carência, com vencimento em três parcelas anuais, sendo o vencimento da última parcela em novembro de 2026. Esses recursos foram trazidos para o Brasil através de redução de capital e utilizados para liquidar dívidas de curto prazo em Reais. Tal empréstimo é garantido, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desse empréstimo no consolidado é de R\$665,0 milhões.

Empréstimo de Longo Prazo e Capital de Giro - INR

Em setembro de 2018, a controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimo de longo prazo e capital de giro em rúpia com taxa de MCLR (“*Marginal Cost of Funds Based Lending Rate*”) + 0,15% a.a., sendo o saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$83,4 milhões. Os recursos deste empréstimo destinam-se ao financiamento dos investimentos da nova planta de rodas de alumínio na Índia.

Entre abril e junho de 2022, a controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimo de longo prazo em rúpia no valor de INR 800 milhões com taxa de 3M T BILL (“*3 Month Treasury Bill Rate*”) + 3,22% a.a.. O saldo deste empréstimo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$50,5 milhões.

FINAME

Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário - CCB, com garantia real, no valor de R\$245,0 milhões, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME. Esta linha de crédito possui 7 anos para pagamento e 2 anos de carência. Esta linha de crédito foi integralmente sacada entre abril e maio de 2021.

Empréstimo de Longo Prazo – BDMG

Em dezembro de 2020, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário – CCB, com garantia real, no valor de R\$75,0 milhões, em favor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG. Essa linha de crédito possui 7 anos para pagamento e 2 anos de carência. Em abril de 2021, essa linha de crédito foi integralmente sacada.

Capital de Giro – Reais

Entre março e junho de 2020, a Companhia captou R\$432,0 milhões por meio de Cédulas de Crédito Bancário, para reforçar o caixa da Companhia, a fim de enfrentar as consequências da pandemia da COVID-19. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2022 era de R\$100,0 milhões.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das operações de financiamento indicadas na tabela acima, a Companhia não manteve quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras no último exercício social.

Sem prejuízo do acima disposto, a Companhia informa que, em fevereiro de 2021, celebrou também contrato de financiamento mediante abertura de crédito, no montante de principal de R\$ 620,0 milhões, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME. Essa nova linha possui dois anos de carência e sete anos para pagamento. Até o presente momento, essa linha de crédito não foi sacada e possui prazo máximo de saque em fevereiro de 2024.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2022, o montante total da dívida de qualquer natureza (definida como o total do passivo circulante somado ao total do passivo não circulante consolidado da Companhia) não é contratualmente subordinado, ressalvada a subordinação decorrente das garantias reais prestadas no âmbito dos empréstimos de longo prazo contratados perante o BDMG e a FINAME, em 2020 e 2021, respectivamente, mencionados no item 2.1 “f.(i)” acima.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia realizou emissões públicas de debêntures, que se encontram em circulação. Essas operações contêm condições usuais de mercado e, portanto, possuem cláusulas de vencimento antecipado na hipótese de ocorrência de determinados eventos, tais como: (a) inadimplemento

de obrigações da Companhia; (b) perda de licenças ou autorizações relevantes para as atividades da Companhia, (c) pedido de falência ou recuperação judicial da Companhia; (d) limite de venda de ativos; (e) distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia; e (f) restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros.

A nona e a décima emissões públicas de debêntures da Companhia contêm a obrigação da Companhia de manter índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado da Companhia igual ou inferior a 3,50 vezes, calculado semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano durante a vigência das debêntures.

A décima primeira emissão pública de debêntures da Companhia contém a obrigação de a Companhia não incorrer em novas dívidas (com exceção de Dívidas Permitidas, conforme definido na escritura de emissão), ou realizar distribuição de dividendos (com exceção dos dividendos obrigatórios nos termos da legislação societária aplicável) caso, na data do evento em questão, após considerar o seu efeito *pro forma*, o índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida na referida data de apuração pelo EBITDA ajustado referente ao Período de Referência (conforme definido na escritura de emissão) for superior a 3,50 vezes.

Os empréstimos de longo prazo perante o BDMG e a FINAME, contratados em 2020 e 2021, respectivamente, também contêm restrições à Companhia, usuais a esse tipo de operação, dentre elas: (i) restrição a concessão de preferência a outros créditos, amortização de ações, emissão de debêntures e partes beneficiárias e assunção de novas dívidas, ressalvadas algumas exceções previstas nos referidos instrumentos, incluindo, mas não limitado a, emissões de debêntures e partes beneficiárias e a assunção de novas dívidas para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia; (ii) restrição a alienação e oneração de bens do ativo circulante da Companhia, ressalvadas algumas exceções previstas nos referidos instrumentos; e (iii) obrigação de manter o índice de endividamento financeiro resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado da Companhia igual ou inferior a 3,50 vezes, a ser apurado anualmente a partir do término do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, inclusive, e em exercícios posteriores até o fim da vigência dos contratos, ou alternativamente, na hipótese de não atingimento do referido índice de endividamento financeiro, constituir no prazo de 60 dias, contado da data de comunicação, por escrito, à FINAME ou ao BDMG (conforme o caso), fiança a ser formalizada mediante cartas de fiança, prestadas por instituições financeiras, conforme detalhado nos referidos empréstimos de longo prazo.

As *Sustainability-Linked Notes Units* emitidas pela Companhia possuem cláusulas restritivas à realização de certas operações até sua efetiva liquidação, especialmente quando a relação entre a dívida líquida ajustada (conforme definida no respectivo instrumento) e o EBITDA ajustado (conforme definido no respectivo instrumento) dos últimos doze meses for maior ou igual (i) a 4,50 vezes até 7 de maio de 2023, e (ii) a 3,50 vezes após esta data.

Outros contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas de *covenants* não financeiros, incluindo, mas não se limitando a, limite de venda de ativos, restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros e restrição a determinadas reorganizações societárias.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as referidas condições e restrições.

Por fim, estão descritos abaixo os empréstimos e financiamentos relevantes (acima de 10% do endividamento bruto total) que possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado:

- 3 instrumentos de debêntures, totalizando R\$1.591,2 milhões no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022;
- 1 instrumento de *Sustainability-Linked Notes Units*, totalizando R\$2.058,7 milhões no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022; e
- 1 empréstimo sindicalizado, totalizando R\$665,0 milhões no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022.

A relação acima representa aproximadamente 66,6% do endividamento bruto da Companhia reportado em 31 de dezembro de 2022.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, em relação (i) à operação de longo prazo – FINAME mencionada no item 2.1 “f.ii”, no valor de R\$ 620,0 milhões, encontra-se disponível 100% do referido montante para saque, e (ii) às linhas de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”) contratadas entre maio e junho de 2022, no valor de R\$ 500 milhões, com vencimento em três anos, estas estão 100% disponíveis para saque. Quanto aos demais financiamentos contratados nesta data, estes encontram-se 100% utilizados.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Consolidado				
	2022	<i>Análise vertical</i>	2021	<i>Análise vertical</i>	<i>Variação 2022/2021</i>
Receita Líquida de Vendas	16.947.869	100,0%	13.688.367	100,0%	23,8%
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	(15.139.227)	-89,3%	(11.984.244)	-87,6%	26,3%
Lucro Bruto	1.808.642	10,7%	1.704.123	12,4%	6,1%
Receitas (Despesas) Operacionais					
Com vendas	(96.095)	-0,6%	(78.486)	-0,6%	22,4%
Gerais e administrativas	(627.523)	-3,7%	(643.946)	-4,7%	-2,6%
Honorários da administração	(18.971)	-0,1%	(18.397)	-0,1%	3,1%
Resultado de equivalência patrimonial	30.445	0,2%	33.879	0,2%	-10,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	149.186	0,9%	284.312	2,1%	n.m.
Lucro Operacional antes das Receitas e Despesas Financeiras	1.245.684	7,4%	1.281.485	9,4%	-2,8%
Receitas financeiras	114.455	0,7%	97.853	0,7%	17,0%
Despesas financeiras	(713.353)	-4,2%	(389.416)	-2,8%	83,2%
Varição cambial, líquida	(18.766)	-0,1%	(33.054)	-0,2%	-43,2%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	628.020	3,7%	956.868	7,0%	-34,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	(284.028)	-1,7%	(355.355)	-2,6%	-20,1%
Diferidos	60.180	0,4%	25.425	0,2%	136,7%
Lucro Líquido do Exercício	404.172	2,4%	626.938	4,6%	-35,5%
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	278.933	1,6%	537.221	3,9%	-48,1%
Acionistas não controladores	125.239	0,7%	89.717	0,7%	39,6%

Receita Líquida de Vendas

A receita operacional líquida consolidada alcançou R\$16.947,9 milhões em 2022, um aumento de 23,8% em relação a 2021.

O aumento da receita operacional líquida deve-se principalmente pela recuperação dos volumes de produção, mesmo diante de um cenário ainda restritivo de abastecimento de componentes e pelo aumento de preços, em função da escalada dos custos das matérias-primas e outros insumos. Por outro lado, a variação cambial impactou de forma negativa a receita operacional da Companhia em R\$1.345,0 milhões em 2022.

Custos dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$15.139,2 milhões em 2022, um aumento de 26,3% em relação a 2021.

Esse aumento deve-se principalmente ao aumento dos preços das matérias primas e demais insumos, ao maior volume de produção e as paradas de produção não programadas que trazem ineficiência ao processo produtivo.

Lucro Bruto

Lucro bruto de R\$1.808,6 milhões em 2022, um aumento de 6,1% em relação a 2021.

A recuperação dos volumes de produção e o aumento de preços são os principais fatores que explicam o crescimento do lucro bruto.

Outras receitas (Despesas) Operacionais

Resultado positivo de R\$149,2 milhões em 2022, uma redução em relação ao valor positivo de R\$284,3 milhões no ano anterior.

Essa redução deve-se principalmente aos efeitos não recorrentes positivos ocorridos em 2021, sendo o reconhecimento do ganho da exclusão do ICMS na base do PIS/Cofins no valor de R\$220,6 milhões e reconhecimento do êxito obtido por controlada no México em processo visando à reclassificação do adicional de risco de acidentes de trabalho aplicável à sua operação, o que resultou em um ganho de R\$37,2 milhões. Em relação ao ano de 2022, os principais efeitos não recorrentes foram um ganho de R\$100,8 milhões com reembolso de seguros e um ganho R\$61,7 milhões com o reconhecimento da exclusão do ICMS na base do PIS/Cofins.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi negativo em R\$617,7 milhões em 2022, um aumento de 90,3% em relação a 2021.

O aumento do resultado financeiro é relacionado ao aumento das taxas de juros no Brasil e no exterior e ao acordo na esfera administrativa com as autoridades fiscais mexicanas. O acordo impactou de forma negativa a linha de despesas financeiras em R\$97,7 milhões.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido consolidado da Companhia, ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, foi um lucro de R\$404,2 milhões (sendo R\$278,9 milhões atribuível aos acionistas controladores e R\$125,2 milhões aos acionistas não controladores), uma redução de 35,5% em relação ao lucro líquido consolidado da Companhia de R\$626,9 milhões (sendo R\$537,2 milhões atribuível aos acionistas controladores e R\$89,7 milhões aos acionistas não controladores) em 2021.

A redução do resultado líquido atribuído aos acionistas controladores, deve-se principalmente ao pagamento e provisionamento referente ao acordo na esfera administrativa com as autoridades fiscais mexicanas no valor total de R\$ 181,8 milhões.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes ao fluxo de caixa consolidado da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Consolidado		Var.
	2022	2021	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	404.172	626.938	-35,5%
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	491.231	559.848	-12,3%
Imposto de renda e contribuição social	223.848	329.930	-32,2%
Resultado de equivalência patrimonial	(30.445)	(33.879)	-10,1%
Juros, variações monetárias e amortização de custos de empréstimos	561.952	359.260	56,4%
Exclusão do ICMS na base do PIS e Cofins	(83.518)	(292.772)	-71,5%
Outros ajustes	116.752	54.504	114,2%
Redução (aumento) no ativo:			
Contas a receber de clientes	(452.091)	(284.862)	58,7%
Estoques	239.939	(1.423.636)	-116,9%
Outros créditos e demais contas	(21.594)	(355.719)	-93,9%
Aumento (redução) no passivo:			
Fornecedores	973.934	1.857.794	-47,6%
Obrigação de planos de pensão e benefícios pós-emprego	(39.993)	(47.837)	-16,4%
Pagamentos de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(18.080)	(20.414)	-11,4%
Obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias	63.058	186.573	-66,2%
Outras obrigações e demais contas	139.518	(8.110)	n.m.
	2.568.683	1.507.618	70,4%
Pagamentos de juros	(443.211)	(282.440)	56,9%
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(254.735)	(205.619)	23,9%
	(697.946)	(488.059)	43,0%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais	1.870.737	1.019.559	83,5%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(485.773)	(470.320)	3,3%
Aquisição de ativos intangíveis	(2.873)	(14.722)	-80,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(488.646)	(485.042)	0,7%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captações	3.790.617	3.741.463	1,3%
Amortizações	(2.653.949)	(3.579.376)	-25,9%
Amortizações Forfait	(911.532)	(1.093.253)	-16,6%
Capitalização de custos com empréstimos	(14.990)	(82.686)	-81,9%
Pagamento de dividendos propostos e adicionais	(200.870)	-	n.m.
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	(34.663)	(165.641)	-79,1%
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	(12.554)	-	n.m.
Caixa líquido gerados pelas atividades de financiamento	(37.941)	(1.179.493)	-96,8%
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.344.150	(644.976)	n.m.
Variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(153.138)	127.651	-220,0%
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.088.114	1.605.439	-32,2%
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.287.054	1.088.114	110,2%
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.198.940	(517.325)	n.m.

Contas a receber de clientes

O valor de contas a receber de clientes no exercício social findo em 2022 foi de R\$452,1 milhões, um aumento de 58,7% em relação ao valor de R\$284,8 milhões no exercício social findo em 2021.

Esse aumento é relacionado ao aumento de vendas e ao valor médio dos produtos, relacionado ao maior mix de vendas no segmento de veículos comerciais e ao aumento do custo de matéria prima.

Estoques

Os estoques no exercício social findo em 2022 foi um valor positivo de R\$239,9 milhões, uma melhora em relação ao valor negativo de R\$1.423,6 milhões no exercício social findo em 2021. Este movimento é explicado pela redução no nível dos estoques em 2022, devido a uma melhora no quadro de interrupção da cadeia de suprimentos de forma geral.

Fornecedores e Forfait

A administração aprimorou sua divulgação acerca da classificação de suas operações de *forfait* nas demonstrações dos fluxos de caixa, sendo os pagamentos efetuados às instituições financeiras reclassificados para atividades de financiamento. Essa revisão não afetou os valores do balanço patrimonial e nem das demonstrações de resultados.

A linha de fornecedores no exercício social findo em 2022 foi um valor de R\$973,9 milhões, uma redução em relação ao positivo de R\$1.857,8 milhões em 2021. Considerando os pagamentos efetuados reclassificados para atividades de financiamento, a linha de fornecedor teria apresentado um valor de R\$62,4 milhões em 2022 contra um valor de R\$764,5 milhões em 2021.

Pagamentos de juros

Pagamento de juros de R\$443,2 milhões no exercício social findo em 2022, um aumento de 56,9% em relação ao valor de R\$282,4 milhões no exercício social findo em 2021.

O aumento do custo com pagamento de juros é relacionado, principalmente, ao aumento das taxas de juros no Brasil e no exterior.

2.2. Comentários dos Diretores

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Cem por cento (100%) da receita da Companhia é proveniente do segmento automotivo.

No segmento automotivo, as receitas da Companhia compreendem a fabricação e comercialização de rodas de aço e alumínio para veículos leves, rodas de aço para veículos comerciais e a fabricação de componentes estruturais para veículos leves e comerciais.

Em 2022, a receita proveniente da fabricação e comercialização de rodas atingiu R\$12.309,0 milhões, o que representa 72,6% da receita operacional líquida consolidada da Companhia, um aumento de 18,0% em relação ao ano anterior. Já a fabricação e comercialização de componentes estruturais atingiu R\$4.638,8 milhões, ou 27,4% da receita líquida consolidada, um aumento de 42,5% em relação a 2021.

A seguir são apresentadas as receitas da Companhia, por unidades de negócios, no segmento automotivo:

Receita Operacional Líquida *	2022		2021	
Rodas	12.309.053	72,6%	10.433.532	76,2%
Componentes Estruturais	4.638.816	27,4%	3.254.835	23,8%
Total	16.947.869	100,0%	13.688.367	100,0%

* Valores em R\$ mil

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As margens operacionais da Companhia, em 2022, foram impactadas de forma negativa, principalmente no segundo semestre de 2022, pela defasagem entre o custo do estoque de matéria-prima com os preços de venda, pela menor eficiência operacional devido às paradas de produção não programadas pelos clientes e os impactos da inflação em todas as regiões, principalmente os custos de energia na Europa.

Vale salientar que os principais impactos negativos que recaíram sobre os resultados, principalmente na segunda metade de 2022, são de caráter temporário e transitório e não estruturais. A defasagem entre o custo do estoque da matéria-prima com os preços de venda ocorre quando existem alterações relevantes nos preços dos insumos. As paradas de produção

ocorreram em função da restrição da oferta de semicondutores, situação que apresenta melhora gradual e sequencial. Os níveis de inflação e os custos de energia na Europa já começaram a apresentar um arrefecimento.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

O crescimento da receita deve-se principalmente a recuperação dos volumes e aumento de preços. Por outro lado, a variação cambial impactou de forma negativa a receita operacional da Companhia em R\$1.345,0 milhões em 2022.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preço dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O ano de 2022 foi marcado pela recuperação de volumes e aumento de preços, em função da escalada dos custos de matérias-primas e outros insumos. Esses foram os principais fatores que explicam o crescimento de 23,8% da receita operacional líquida e de 26,3% dos custos dos produtos vendidos.

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$617,6 milhões, um aumento de 90,3% em relação a 2021. Esse resultado é explicado principalmente pelo aumento das taxas de juros no Brasil e no exterior e a um acordo judicial com autoridades mexicanas que impactou de forma negativa a linha de despesas financeiras em R\$98,2 milhões.

	2022	2021
Receitas Financeiras	114.455	97.853
Despesas Financeiras	(713.353)	(389.416)
Variação Cambial Líquida	(18.766)	(33.054)
Resultado Financeiro	(617.664)	(324.617)

2.3. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em 2022, mas tão somente a adoção de normas novas ou revisadas sem impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório do auditor independente (Ernst & Young) para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi emitido sem ressalvas e contém um parágrafo de opinião mencionando que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRSs, emitidas pelo IASB.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos três últimos exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício social de 2022, mas apenas reorganizações societárias de suas controladas de maneira a criar uma estrutura mais horizontal e menos complexa do ponto de vista legal, simplificando o fluxo de caixa entre as subsidiárias.

As transações foram realizadas entre controladas do mesmo grupo econômico e todas as investidas indiretas antes e depois da reorganização continuaram sob controle comum da Companhia. Tais transações sob controle comum não produziram efeito nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que foram mantidos os valores contábeis dos investimentos.

Como parte de um plano estratégico de longo prazo, com possibilidade futura de aporte de capital prevista em contrato, a Companhia, em parceria com a *Autotech Ventures Management III, LLC*, tornou-se membro de um fundo privado de venture capital sediado nos Estados Unidos, que reúne investimentos em startups promissoras do setor automotivo e do ramo de transporte terrestre, ao qual a Companhia poderá ter acesso a programas de pesquisa e desenvolvimento, além de prioridade na aquisição de quotas e ações em futuras aberturas de capital dessas empresas. A participação no fundo tem caráter estratégico para os negócios da Companhia, com duração mínima de dez anos, iniciando no exercício de 2022. O capital total comprometido com o fundo é de US\$5,5 milhões, sendo o primeiro aporte realizado em 5 de janeiro de 2022 no valor de US\$385 mil e o segundo em 18 de novembro de 2022 no valor de US\$165 mil

totalizando US\$550 mil já desembolsados. Trata-se por ora de um investimento financeiro registrado como “Outros créditos” no ativo não circulante.

c) Eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que não houve evento ou operação não usual que tenha causado ou venha a ocasionar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Informar o valor das medições não contábeis

Medições não contábeis

EBITDA

O EBITDA corresponde ao lucro líquido do período e/ou exercício ajustado pelas receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social e as despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido (prejuízo), como medida de desempenho operacional da Companhia ou alternativa aos fluxos de caixa ou como medida de liquidez.

O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos e depreciação.

O EBITDA da Companhia apurado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 totalizou os montantes de R\$1.736,9 milhões e R\$1.841,3 milhões, respectivamente. O EBITDA em relação às receitas líquidas foi de 10,2% e 13,5%, respectivamente.

A Companhia calcula o EBITDA conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

Índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA

O índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA é calculado pela divisão entre (A) a soma dos saldos dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo contraídos pela Companhia e suas controladas, subtraído do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, mais instrumentos financeiros derivativos, e (B) o valor do EBITDA dos últimos 12 meses, divulgado pela Companhia conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

Os índices Endividamento Bancário Líquido / EBITDA da Companhia apurados nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram 2,26x em 2022 e 2,33x em 2021.

b) **Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

EBITDA

A tabela abaixo apresenta a conciliação do Lucro Líquido para o EBITDA:

Reconciliação do EBITDA – R\$ mil	2022	2021
Lucro Líquido Atribuído aos Controladores	278.933	537.221
Lucro Líquido Atribuído aos não Controladores	125.239	89.717
Imp. de Renda / Contrib. Social	223.848	329.930
Resultado Financeiro	617.664	324.617
Depreciação / Amortização	491.231	559.848
EBITDA	1.736.915	1.841.333

Índice de Endividamento

O índice de endividamento é calculado pela soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros do passivo circulante e não circulante, deduzida do caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros ativo circulante e não circulante, dividido pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

R\$-mil	2022	2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.043.611	1.481.781
Instrumentos financeiros	16.250	0
Total Passivo Circulante	1.059.861	1.481.781
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.433.377	4.050.429
Instrumentos Financeiros	1.591	0
Total passivo Não Circulante	5.434.968	4.050.429
Caixa e equivalente de caixa	2.287.054	1.088.114
Instrumentos Financeiros	32.079	31.949
Total Ativo Circulante	2.319.133	1.120.063

Instrumentos Financeiros	258.780	112.730
Total Ativo Não Circulante	258.780	112.730
EBITDA	1.736.915	1.841.333
Endividamento	2,26	2,33

c) **Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

EBITDA

A Companhia considera o EBITDA, com todas as limitações anteriormente mencionadas, e em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias.

Esta medida não contábil é utilizada pelos participantes do mercado para análises comparativas dos resultados auferidos por empresas do setor e como indicador da capacidade de geração de caixa da Companhia, ainda que, com determinadas limitações.

Índice de Endividamento

A Companhia considera o Índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA, em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para aferir seu endividamento e permitir uma comparação com outras companhias.

Esta medida não contábil é utilizada pelos participantes do mercado para análises comparativas dos resultados auferidos por empresas do setor e como indicador da capacidade de geração de caixa da Companhia, ainda que com determinadas limitações.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Em 20 de janeiro de 2023, as controladas indianas da Companhia celebraram contratos de subscrição de ações e de compra de energia solar, entre outros, visando a uma parceria com a Vibrant Energy Holdings Private Limited, por meio de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada Akamu Solar Energy Private Limited, que atuará exclusivamente na geração e fornecimento de energia limpa e renovável para as referidas controladas da Companhia na Índia. A Companhia deterá aproximadamente 37,9% do capital social da SPE, mas sem exercer influência significativa. Dessa maneira, tal investimento será mensurado a valor justo no escopo do IFRS 9.

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF”), em julgamento dos Recursos Extraordinários (RE) 949.297 e 955.227, com repercussão geral reconhecida através dos Temas 881 e 885 respectivamente, decidiu pela prevalência da decisão do STF com eficácia geral sobre decisões individuais transitadas em julgado que versem sobre tributos recolhidos de forma continuada. A Companhia não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 decorrente da referida decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária.

Em 16 de fevereiro de 2023, a Companhia aprovou um programa de recompra de ações de emissão da Companhia com o objetivo de mitigar possível impacto decorrente de suas obrigações derivadas do Plano de Incentivo de Longo Prazo, o qual prevê a possibilidade de outorga, pela Companhia, de prêmio pecuniário a determinados diretores e outros executivos, referenciado na valorização das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores e no retorno sobre capital investido na Companhia. O programa prevê adquirir até 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) ações de emissão própria, as quais, juntamente com as ações já mantidas em tesouraria, representariam 2,62% das ações em circulação. A liquidação das operações encerra-se em 16 de agosto de 2023, com observância dos limites estabelecidos no programa e na regulamentação aplicável. Até a data de publicação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, 367.700 ações já haviam sido recompradas.

Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor de R\$620 milhões, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME. Esta linha de crédito também possui 7 anos para pagamento e 2 anos de carência e estava disponível até fevereiro de 2023. Em janeiro de 2023, essa linha de crédito teve seu prazo de disponibilidade postergado para fevereiro de 2024. Até a data de publicação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 esta linha de crédito não havia sido sacada.

Entre 1 de janeiro de 2023 até a data de aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia captou empréstimos e financiamentos, sem garantia e sem *covenants* financeiros, no valor total de R\$603,8 milhões que serão integralmente utilizados para o reperfilamento dos passivos financeiros e/ou para o seu reforço de caixa. Na controladora, essas captações somam R\$500,0 milhões e possuem prazos de vencimento entre 12 meses e 24 meses. Ademais, a sua controlada indireta Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V. captou empréstimo no valor de US\$20 milhões com prazo de vencimento de 12 meses.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram aprovadas para divulgação e emissão pela Diretoria em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 20 de março de 2023.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:**a) Regras sobre retenção de lucros**

O Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, além de determinar que 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja destinado para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, prevê ainda a destinação de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 58% (cinquenta e oito por cento) do lucro líquido do exercício à Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro, limitada, em conjunto com a Reserva Legal, ao valor do capital social. A referida Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como a capitalização e financiamento de sociedades controladas e coligadas.

Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, prevê que parte do lucro líquido do exercício poderá ser retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral. Atualmente, não existe orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral.

Os valores das retenções de lucros do último exercício social estão descritos abaixo:

R\$ mil	2022
Reserva legal	14.219
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	5,0%
Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro	164.945
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	58,0%

b) Regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, determina que serão distribuídos a título de dividendo obrigatório 37% do lucro líquido do exercício. O referido Estatuto Social prevê ainda que poderá ser distribuído como dividendo suplementar a parcela restante do lucro líquido do exercício social que não houver sido destinada à Reserva Legal, à Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro ou retida na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária (se houver).

Adicionalmente, o referido Estatuto Social permite ao Conselho de Administração, por proposta da Diretoria Executiva, determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual, podendo declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declará-los à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 20 de março de 2023, mesma data da divulgação das demonstrações financeiras, os acionistas aprovaram a ratificação da distribuição de proventos por meio de juros sobre o capital próprio (líquidos de impostos) proposta em reuniões anteriores realizadas em 29 de junho de 2022 e 28 de setembro de 2022, nos valores de R\$ 32.466 mil e R\$ 27.234 mil, respectivamente, além de aprovar a distribuição adicional de dividendos no valor de R\$ 45.524 mil, totalizando R\$ 105.223 mil de proventos a serem distribuídos referentes aos resultados do exercício de 2022.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

A Companhia celebrou contratos que estabelecem restrições à distribuição de dividendos, conforme abaixo detalhado.

A Companhia realizou emissões públicas de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de nona, décima e décima primeira emissões. As escrituras de debêntures preveem como hipótese de vencimento antecipado, dentre outras, a distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia.

A décima primeira emissão pública de debêntures da Companhia contém, ainda, a obrigação de a Companhia não realizar distribuição de dividendos (com exceção dos dividendos obrigatórios nos termos da legislação societária aplicável) caso, na data do evento em questão, após considerar o seu efeito *pro forma*, o índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida na referida data de apuração pelo EBITDA ajustado referente ao Período de Referência (conforme definido na escritura de emissão) for superior a 3,50 vezes.

Em relação aos títulos representativos de dívida no exterior, vinculados a metas de sustentabilidade (“*Sustainability-Linked Notes Units*”), emitidos pelas controladas da Companhia Iochpe-Maxion Áustria GmbH e Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V., a distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório, nos termos da legislação

societária aplicável, está sujeita ao cumprimento pela Companhia do índice financeiro (resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado) constante do respectivo instrumento de dívida e demais limitações nele previstas.

Por fim, outros contratos de empréstimos da Companhia, incluindo o empréstimo sindicalizado, em Euros, celebrado pela controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH, no valor nominal de €120,0 milhões, descrito em detalhes no item 2.1 “f.(i)”, prevê como hipótese de vencimento antecipado, dentre outras, a distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia.

e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração aprovou, em 25 de setembro de 2019, a política de destinação de resultados da Companhia. A política pode ser encontrada no website da Companhia e da CVM.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iii) Contratos de construção não terminada

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de construção não terminada que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

(b) natureza e o propósito da operação;

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Este item 2.9 não se aplica, pois não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os investimentos de capital realizados em 2022 totalizaram R\$592,0 milhões e foram relacionados ao aumento de capacidade para atendimento da demanda do segmento de veículos comerciais, lançamento de novos produtos e melhoria da produtividade. Para esses investimentos a Companhia utilizou fontes de recursos próprio (caixa), bem como linhas de crédito de diferentes bancos comerciais e bancos de fomento.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2022 não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que pudessem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia desenvolve novos produtos em parceria com outras empresas do segmento automotivo, institutos de pesquisa e universidades de todo o mundo, em conjunto com sua equipe de engenharia avançada. Nesse sentido destacamos alguns projetos que já são de conhecimento público, como:

- Desenvolvimento de um suporte de bateria para um ônibus elétrico;
- Parceria com uma empresa Israelense que está trabalhando no desenvolvimento de um veículo elétrico;
- Parceria com uma empresa produtora de alumínio para o desenvolvimento de soluções para o mercado automotivo (componentes estruturais); e
- Investimento em um fundo de *venture capital* focado no desenvolvimento de novas *startups* e pesquisas no segmento automotivo com foco em conectividade, veículos autônomos, veículos compartilhados, eletrificação e digitalização.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O montante gasto em pesquisas e desenvolvimento, ao longo de 2022, foi de R\$166,5 milhões.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos em desenvolvimento já divulgados foram mencionados no item 2.10 “(c).(i)” acima.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços estão incluídos no montante divulgado no item 2.10 “(c).(ii)” acima.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia apresentou avanços significativos nos últimos anos em relação aos temas ASG.

A Companhia apresentou metas ambiciosas de curto e longo prazo para reduzir emissões de CO2 com o lançamento do “Road Map Zero”, projeto este de tornar a Companhia uma fornecedora neutra em carbono até 2040. Este plano de transição até a neutralidade está alinhado ao Acordo de Paris, que propõe um limite da temperatura global de até 1,5° C acima dos níveis pré-industriais.

Adicionalmente, através de seu processo de inovação e engenharia, a Companhia busca desenvolver novos materiais e processos de fabricação para seus clientes com o objetivo de redução de peso de seus produtos, contribuindo para redução de emissões da indústria automotiva.

A Companhia acredita que um ambiente diverso e inclusivo traz benefícios para a evolução da sociedade e da indústria automotiva. Com isso, lançou, em 2021, o programa “*Unique and United*” no qual acompanha metas de diversidade e inclusão.

Em 2022, pelo segundo ano consecutivo, a Companhia integrou a carteira do índice de sustentabilidade empresarial – ISE da B3. No *Carbon Disclosure Project* - CDP, a Companhia teve uma melhoria em sua pontuação na categoria “mudanças climáticas” de B- para B, fator relevante na avaliação da carteira. Outro evento importante na agenda ASG foi a assinatura do Pacto Global da ONU no início de 2023.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

A Companhia entende que todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

* * * * *

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA****ANEXO II – Informações do Anexo A da Resolução CVM nº 81/22**

Seguem abaixo as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM nº 81/22:

Todas as informações estão disponibilizadas em milhares de reais, exceto quando mencionado.

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 278.933.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global dos dividendos é de R\$ 105.223, sendo: (i) R\$ 59.699 distribuídos aos acionistas por meio de juros sobre o capital próprio (líquidos de impostos) aprovados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 29 de junho de 2022 e 28 de setembro de 2022, conforme facultado pelo artigo 42 do estatuto social da Companhia, e (ii) R\$ 45.524 distribuídos aos acionistas a título de dividendos referentes aos resultados do exercício social de 2022, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária.

Data da Declaração	Data "ex" Proventos	Valor Total (Líquido)	Total Ações (-) Tesouraria	Valor por Ação
29/06/22	05/07/22	32.466	151.469.774	0,2143366
28/09/22	04/10/22	27.234	151.469.774	0,1797968
20/03/23	24/03/23	45.524	151.102.074	0,3012802

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O valor distribuído equivale a 37% do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, considerando o montante dos juros sobre o capital próprio (líquidos de IRRF) e dividendos.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já

declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor dos dividendos a ser ratificado pela Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 45.524, equivalente a R\$ 0,3012802 por ação. Não há proposta de declaração de juros sobre capital próprio a ser submetida à Assembleia.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos a serem ratificados pela Assembleia Geral Ordinária serão pagos em espécie em 05 de abril de 2023, conforme deliberado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de março de 2023. Não há proposta de declaração de juros sobre capital próprio a ser submetida à Assembleia.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável. Não há incidência de atualização e juros.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data de corte que identifica os acionistas que fazem jus ao recebimento dos dividendos a serem ratificados pela Assembleia Geral Ordinária é 23 de março de 2023, tendo as ações de emissão da Companhia passado a negociar na condição de “*ex-dividendos*” a partir de 24 de março de 2023, inclusive. Não há proposta de declaração de juros sobre capital próprio a ser submetida à Assembleia.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

- Em 29 de junho de 2022, o Conselho de Administração declarou juros sobre capital próprio no valor total bruto de R\$ 35.581, correspondente ao valor de R\$ 0,2349017 por ação, a serem imputados ao dividendo obrigatório referente ao exercício de 2022, correspondente ao valor total líquido de R\$ 32.466, equivalente ao valor de R\$ 0,2143366 por ação. A data de corte que identifica os acionistas que fazem jus aos juros sobre capital próprio é 04 de julho de 2022, tendo as ações passado a negociar “*ex-proventos*” a partir de 05 de julho de 2022, inclusive.

- Em 28 de setembro de 2022, o Conselho de Administração declarou juros sobre capital próprio no valor total bruto de R\$ 30.045, correspondente ao valor de R\$ 0,1983575 por ação, a serem imputados ao dividendo obrigatório referente ao exercício de 2022, correspondente ao valor total líquido de R\$ 27.234, equivalente ao valor de R\$ 0,1797968 por ação. A data de corte que identifica os acionistas que fazem jus aos juros sobre capital próprio é 03 de outubro de 2022, tendo as ações passado a negociar “*ex-proventos*” a partir de 04 de outubro de 2022, inclusive.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Os juros sobre capital próprio mencionados no item 6(a) acima serão pagos em espécie em 31 de março de 2023.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	Lucro líquido do exercício*	Lucro p/ ação
2022	278.933	1,8400
2021	537.221	3,5258
2020	(491.780)	N/A
2019	337.435	2,2146

* valores em R\$ mil

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	Dividendos/JCP *	Dividendos/JCP p/ ação
2021	200.934	1,3206
2020	-	-
2019	126.822	0,8323

* valores em R\$ mil

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado a reserva legal é de R\$ 14.219.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é calculada em 5% do lucro líquido do exercício mais a realização da depreciação do custo atribuído, não excedendo 20% do capital social.

Considerando o lucro líquido apurado em 2022 de R\$ 278.933 mais a realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos no valor de R\$ 5.454, o lucro líquido ajustado para cálculo da reserva legal é de R\$ 284.387.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O estatuto da Companhia prevê como dividendo obrigatório o pagamento de 37% do lucro líquido do exercício, apurado conforme os termos da Lei nº 6.404/76. Considera-se o lucro líquido do exercício mais a realização da depreciação do custo atribuído.

Considerando o lucro líquido apurado em 2022 de R\$ 278.933 mais a realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos no valor de R\$ 5.454, o lucro líquido ajustado para cálculo do dividendo obrigatório é de R\$ 284.387.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, não houve retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

A reserva de investimento e capital de giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como a capitalização e financiamento de sociedades controladas e coligadas. A reserva será formada com parcela anual de, no mínimo, 10% e, no máximo, 58% do lucro líquido e terá como limite máximo o importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

b. Identificar o montante destinado a reserva

O montante destinado a reserva estatutária é de R\$ 164.945.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante foi calculado em 58% do lucro líquido do exercício mais a realização da depreciação do custo atribuído. Considerando o lucro líquido apurado em 2022 de R\$ 278.933 mais a realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos no valor de R\$ 5.454, o lucro líquido ajustado para cálculo da reserva estatutária é de R\$ 284.387.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção**
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável, não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva**
- b. Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

* * * * *

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

ANEXO III – Informações relativas aos candidatos a membros do Conselho de Administração

Seguem abaixo as informações indicadas nos Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência relativas aos candidatos a membros titulares e suplentes do Conselho de Administração, na forma da regulamentação em vigor, conforme descrito no item IV desta Proposta:

1. Em relação aos candidatos a membro do Conselho de Administração, informar (Item 7.3 do Formulário de Referência):

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro titular do Conselho de Administração
Nome	Dan Ioschpe
Data de Nascimento	25/02/1965
Profissão	Administrador de empresas
CPF	439.240.690-34
Cargo Eletivo Ocupado	Presidente do Conselho de Administração
Data de Eleição	23/04/2021
Data de Posse	23/04/2021
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	17/01/2008

Demais Informações:

Formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1986, com pós-graduação pela ESPM – SP em 1988 e mestrado em administração de empresas (MBA) pela *Tuck School of Business* do *Dartmouth College* (EUA) em 1991. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Presidente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2014 (setor de atividade: autopeças); (ii) Membro independente do Conselho de Administração da Weg S.A. desde 2012 e membro do Comitê de Auditoria (setor de atividade: equipamentos elétricos e eletrônicos); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (iii) Membro independente do Conselho de Administração da Cosan S.A. desde 2015 e membro do Comitê de Pessoas (setor de atividade: produção e distribuição de combustíveis, açúcar, gás e transporte ferroviário); (iv) Membro independente do Conselho de Administração da BRF S.A., bem como membro do Comitê de

Pessoas, Governança, Organização e Cultura e coordenador do Comitê de Finanças e Gestão de Risco, de 2018 até 2022 (setor de atividade: alimentos); (v) Membro independente do Conselho de Administração da Embraer S.A. desde 2020 e membro do Comitê de Estratégia (setor de atividade: aeronaves, sistemas e equipamentos aeronáuticos); (vi) Membro independente do Conselho de Administração da Marcopolo S.A. desde 2018 e membro do Comitê de Estratégia e Inovação (setor de atividade: fabricação de ônibus e seus componentes); (vii) Membro independente do Conselho de Administração da Profarma Distrib. Prod. Farmacêuticos S.A. de 2006 até 2020 (setor de atividade: atacado e varejo); (viii) Diretor da Inova Investimentos Limitada desde 2000 (setor de atividade: companhia *holding* de investimento financeiros e imobiliários); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (ix) Presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI); (x) Membro do Conselho de Administração do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças); (xi) Membro do Conselho de Administração da Fundação Iochpe; (xii) Membro do Conselho de Administração da ABDI; (xiii) Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Dan Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Dan Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro suplente do Conselho de Administração
Nome	Salomão Ioschpe
Data de Nascimento	09/04/1963
Profissão	Dirigente de empresas
CPF	400.517.220-20
Cargo Eletivo Ocupado	Membro suplente do Conselho de Administração
Data de Eleição	23/04/2021
Data de Posse	23/04/2021
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não

Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos

22/09/2004

Demais Informações:

Formado em Economia, Finanças e Estudos Políticos pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris - *Sciences-Po (Institut d'Etudes Politiques, IEP em francês)* em 1989 e mestrado em administração de empresas (MBA) pela *Case Western Reserve University (EUA)* em 1998. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro suplente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2004 (setor de atividade: autopeças); (ii) Diretor da Inova Investimentos Limitada desde 2021 (setor de atividade: companhia *holding* de investimentos financeiros e imobiliários); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (iii) Sócio-Diretor da BMA Gestão Empresarial Eireli desde 2019 (setor de atividade: consultoria de gestão); (iv) Diretor Presidente da Insolo Agroindustrial S.A. de 2007 até 2017 (setor de atividade: agricultura); (v) Sócio-Diretor e Presidente da BMA Automotive LLC de 2003 até 2015 (setor de atividade: consultoria empresarial); (vi) Diretor Presidente da Associação de Amigos do Techion – Brasil (terceiro setor); (vii) Membro do Conselho de Administração da Fundação Iochpe. Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Salomão Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Salomão Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023

Membro titular do Conselho de Administração

Nome

Gustavo Berg Ioschpe

Data de Nascimento

15/02/1977

Profissão

Dirigente de empresas e economista

CPF

920.901.680-72

Cargo Eletivo Ocupado

Membro titular do Conselho de Administração

Data de Eleição

23/04/2021

Data de Posse

23/04/2021

Prazo do Mandato

2 anos

Se foi eleito pelo controlador ou não

Não

Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria

Não

Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos

19/11/1998

Demais Informações:

Formado em *Strategic Management* (B.S., *Wharton School*), Ciência Política (B.A., *College of Arts and Sciences*) pela *University of Pennsylvania* em 1999 e mestrado em Desenvolvimento Econômico e Economia Internacional pela *Yale University* (EUA) em 2002. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro efetivo do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 1998 (setor de atividade: Autopeças), bem como Coordenador do Comitê de Estratégia e Inovação; (ii) Fundador e Diretor Presidente da Big Data desde 2012 (setor de atividade: tecnologia); (iii) Membro do Conselho de Administração do Instituto Ayrton Senna; (iv) Membro do Conselho Consultivo da Fundação Bienal de São Paulo; (v) Membro do Conselho de Administração da Fundação Iochpe. Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Gustavo Berg Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Gustavo Berg Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023

Membro suplente do Conselho de Administração

Nome

Débora Berg Ioschpe

Data de Nascimento

24/05/1975

Profissão

Dirigente de empresas

CPF

801.868.310-72

Cargo Eletivo Ocupado

Membro suplente do Conselho de Administração

Data de Eleição

23/04/2021

Data de Posse

23/04/2021

Prazo do Mandato

2 anos

Se foi eleito pelo controlador ou não

Não

Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria

Não

Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos

17/01/2008

Demais Informações:

Formada em Desenho Industrial pela Universidade Luterana do Brasil em 1998. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro suplente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2008 (setor de atividade: autopeças); (ii) Fundadora e Diretora Presidente da Pink Joias Eirele desde 2011 (setor de atividade: joalheria); (iii) Diretora da Berg 2 Participações Ltda. desde 2020 (setor de atividade: outras sociedades de participação, exceto *holdings*: compra, venda e locação de imóveis). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. A Sra. Débora Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. A Sra. Débora Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023

Membro titular do Conselho de Administração

Nome

Iboty Brochmann Ioschpe

Data de Nascimento

24/06/1948

Profissão

Economista

CPF

000.922.820-91

Cargo Eletivo Ocupado

Membro titular do Conselho de Administração

Data de Eleição

23/04/2021

Data de Posse

23/04/2021

Prazo do Mandato

2 anos

Se foi eleito pelo controlador ou não

Não

Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria

Não

Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos

17/08/1992

Demais Informações:

Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1972. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro efetivo do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 1992 (setor de atividade:

autopeças); (ii) Fundador e Diretor Presidente da IBI Participações e Negócios S.A. desde 1988 (setor de atividade: imobiliário). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Iboty Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Iboty Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro suplente do Conselho de Administração
Nome	Claudia Ioschpe
Data de Nascimento	30/12/1978
Profissão	Jornalista
CPF	938.905.590-34
Cargo Eletivo Ocupado	Membro suplente do Conselho de Administração
Data de Eleição	23/04/2021
Data de Posse	23/04/2021
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	23/03/2006

Demais Informações:

Formada em Jornalismo pela Universidade Luterana Brasil (ULBRA) em 2006 e Master em Jornalismo – IICS e *ISE Business School*. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro suplente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2006 (setor de atividade: autopeças); (ii) Sócia – Administradora da Essência Design Ltda. desde 2017 (setor de atividade: aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. A Sra. Claudia Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. A Sra. Claudia Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos

efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro titular do Conselho de Administração
Nome	Mauro Litwin Iochpe
Data de Nascimento	11/04/1948
Profissão	Administrador de empresas
CPF	154.727.520-00
Cargo Eletivo Ocupado	Membro titular do Conselho de Administração
Data de Eleição	23/04/2021
Data de Posse	23/04/2021
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	17/08/1992

Demais Informações:

Formado em Administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre – RS em 1978. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro efetivo do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 1992 (setor de atividade: autopeças); (ii) Sócio e Administrador da Fruticultura Malke Ltda. desde 1979 (setor de atividade: agroindústria). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Mauro Iochpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Mauro Iochpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro suplente do Conselho de Administração
Nome	Leandro Kolodny

Data de Nascimento	14/04/1941
Profissão	Engenheiro Agrônomo
CPF	000.754.180-53
Cargo Eletivo Ocupado	Membro suplente do Conselho de Administração
Data de Eleição	23/04/2021
Data de Posse	23/04/2021
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	19/11/1998

Demais Informações:

Formado em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1964 e especialização em Economia e Administração Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS em 1965. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro suplente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 1998 (setor de atividade: autopeças); (ii) Sócio-gerente da L. Kolodny Participações Ltda. desde 1989 (setor de atividade: imobiliário). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Iochpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Leandro Kolodny declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Leandro Kolodny declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro titular independente do Conselho de Administração
Nome	Deborah Stern Vieitas
Data de Nascimento	21/08/1957
Profissão	Administradora
CPF	013.968.828-55
Cargo Eletivo Ocupado	Nenhum
Data de Eleição	N/A
Data de Posse	N/A

Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM)
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	N/A

Demais Informações:

Formada em Administração pela FGV São Paulo em 1979, Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes USP em 1980, mestrado na *École Nationale D'Administration Paris* (França) em 1983, e mestrado em administração na FGV São Paulo (Brasil) em 1984. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro independente do Conselho de Administração do Banco Santander S.A. desde 2017 (setor de atividade: financeiro); (ii) Membro independente do Conselho de Administração da BRF S.A. desde 2022 (setor de atividade: alimentos); (iii) Assessora do Conselho de Administração da American Chamber of Commerce for Brazil – Amcham Brasil (terceiro setor) desde 2023 e CEO da Amcham Brasil de 2015 até 2022; (iv) Diretora Presidente do Banco Caixa Geral Brasil S/A de 2008 até 2014 (setor de atividade: financeiro); (v) Diretora Vice-Presidente do Banco BNP Paribas Brasil S/A de 2000 até 2008 (setor de atividade: financeiro); (vi) Membro do Conselho Consultivo do Veirano Advogados. A Sra. Deborah Vieitas é conselheira independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. A Sra. Deborah Vieitas declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. A Sra. Deborah Vieitas declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro suplente independente do Conselho de Administração
Nome	Mauro Knijnik
Data de Nascimento	10/06/1940
Profissão	Economista
CPF	002.231.740-68
Cargo Eletivo Ocupado	Membro suplente do Conselho de Administração
Data de Eleição	23/04/2021
Data de Posse	23/04/2021
Prazo do Mandato	2 anos

Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM)
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	30/04/1993

Demais Informações:

Formado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS em 1962 e pós-graduação pela Cemla-Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro suplente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 1993 (setor de atividade: autopeças); (ii) Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL de 1979 até 1983 (setor de atividade: financeiro); (iii) Presidente das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul; (iv) Presidente da Junta de Coordenação Financeira do Estado do Rio Grande do Sul. O Sr. Mauro Knijnik é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Mauro Knijnik declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Mauro Knijnik declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro titular independente do Conselho de Administração
Nome	Nildemar Secches
Data de Nascimento	24/11/1948
Profissão	Engenheiro Mecânico
CPF	589.461.528-34
Cargo Eletivo Ocupado	Membro titular do Conselho de Administração
Data de Eleição	23/04/2021
Data de Posse	23/04/2021
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM)
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	22/09/2004

Demais Informações:

Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo em 1971. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2004 (setor de atividade: autopeças), bem como membro do Comitê de Nomeação e Remuneração e membro do Comitê Financeiro; (ii) Membro efetivo do Conselho de Administração do Grupo Big S.A. de 2018 até 2022 (setor de atividade: comércio); (iii) Membro independente do Conselho de Administração, bem como membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia, da Suzano S.A. desde 2008 (setor de atividade: papel e celulose); (iv) Membro do Conselho de Administração, bem como membro do Comitê de Pessoas, da Vibra Energia S.A. desde 2022 (setor de atividade: comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes); (v) Vice-Presidente do Conselho de Administração da WEG S.A. desde 1998 (setor de atividade: equipamentos elétricos e eletrônicos); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (vi) Membro efetivo do Conselho de Administração da WEG Equipamentos Elétricos S.A. O Sr. Nildemar Secches é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Nildemar Secches declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Nildemar Secches declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro suplente independente do Conselho de Administração
Nome	Ronald John Aldworth
Data de Nascimento	21/12/1947
Profissão	Administrador de empresas
CPF	052.981.130-87
Cargo Eletivo Ocupado	Membro suplente do Conselho de Administração
Data de Eleição	23/04/2021
Data de Posse	23/04/2021
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM)

Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos

17/01/2008

Demais Informações:

Formado em Administração de Empresas pela *Fox School of Business da Temple University* (EUA) em 1975. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro suplente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2008 (setor de atividade: autopeças); (ii) Diretor Financeiro da Insolo Agroindustrial de 2007 até 2017 (setor de atividade: agricultura). O Sr. Ronald Aldworth é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Ronald Aldworth declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Ronald Aldworth declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023

Membro titular independente do Conselho de Administração

Nome

Sergio Luiz Silva Schwartz

Data de Nascimento

21/11/1960

Profissão

Contador

CPF

383.104.659-04

Cargo Eletivo Ocupado

Membro titular do Conselho de Administração

Data de Eleição

23/04/2021

Data de Posse

23/04/2021

Prazo do Mandato

2 anos

Se foi eleito pelo controlador ou não

Não

Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria

Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM))

Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos

10/04/2015

Demais Informações:

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Joinville em 1990, com especialização em Práticas Gerencias pela ESAG/UEDESC em 1994, especialização em Gestão de Equipes pela Fundação Getúlio Vargas em 1999 e especialização em Logística pela Fundação Getúlio Vargas /SOCIESC em 2003. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou

organizações do terceiro setor: (i) Membro independente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2015 (setor de atividade: autopeças), bem como Coordenador do Comitê Financeiro e Coordenador do Comitê de Nomeação e Remuneração; (ii) Membro efetivo do Conselho de Administração da WEG S.A. desde 2015 (setor de atividade: equipamentos elétricos e eletrônicos); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (iii) Membro efetivo da WPA Participações e Serviços S.A. desde 2015 (setor de atividade: holding administradora de bens); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (iv) Membro efetivo do Conselho de Administração da Oxford Porcelanas S.A. desde 2017 (setor de atividade: fabricação de utensílios e porcelanas); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (v) Membro efetivo do Conselho de Administração da Welle Tecnologia Laser S.A. de 2017 até 2020 (setor de atividade: indústria); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (vi) Membro efetivo do Conselho de Administração da Paumar S/A – Indústria e Comércio; (vii) Membro efetivo do Conselho de Administração da WEG Linhares Equipamentos Elétricos S.A.; e (viii) Membro efetivo do Conselho de Administração da WEG Amazônia S.A.. O Sr. Sergio Schwartz é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Sergio Schwartz declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Sergio Schwartz declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro titular independente do Conselho de Administração
Nome	Alexandre Gonçalves Silva
Data de Nascimento	06/03/1945
Profissão	Engenheiro
CPF	022.153.817-87
Cargo Eletivo Ocupado	Membro titular do Conselho de Administração
Data de Eleição	23/04/2021
Data de Posse	23/04/2021
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não

Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM)
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	26/04/2019

Demais Informações:

Formado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1967. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro independente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2019 (setor de atividade: autopeças), bem como membro do Comitê de Nomeação e Remuneração e membro do Comitê de Estratégia e Inovação; (ii) Membro independente do Conselho de Administração da Companhia Nitroquímica do Brasil desde 2012 (setor de atividade: química); (iii) Presidente do Conselho de Administração da Embraer S.A. desde 2011 (setor de atividade: aeronaves, sistemas e equipamentos aeronáuticos); (iv) Membro do Conselho de Administração da Votorantim Cimentos S.A. de 2016 até 2020 (setor de atividade: construção civil); (v) Membro do Conselho de Administração da Ultrapar Participações S.A., de 2015 até 2021 (setor de atividade: emp. adm. part. – petróleo e gás); (vi) Membro do Conselho de Administração, bem como coordenador e membro do Comitê de Pessoas e Remuneração, da Fibria Celulose S.A. de 2010 até 2019 (setor de atividade: papel e celulose); (vii) Conselheiro da RIOGaleão de novembro de 2018 a maio de 2019 (setor de atividade: aeroporto); (viii) Conselheiro da AMCHAM (Câmara de Comércio Americana). O Sr. Alexandre Silva é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Alexandre Silva declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Alexandre Silva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro titular independente do Conselho de Administração
Nome	Henrique Bredda
Data de Nascimento	30/08/1981
Profissão	Gestor de Recursos
CPF	221.014.238-55
Cargo Eletivo Ocupado	Membro titular do Conselho de Administração
Data de Eleição	23/04/2021
Data de Posse	23/04/2021
Prazo do Mandato	2 anos

Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM)
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	23/04/2021

Demais Informações:

Formado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica da USP em 2008. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro independente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2021 (setor de atividade: autopeças), bem como membro do Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) Gestor da Alaska Asset Management desde 2011 (setor de atividade: gestora de recursos); (iii) Membro do Conselho de Administração da Valid Soluções S.A. (setor de atividade: tecnologia); (iv) Membro do Conselho de Administração da Marcopolo S.A. (setor de atividade: fabricação de ônibus e seus componentes). O Sr. Henrique Bredda é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Henrique Bredda declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Henrique Bredda declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

2. Informações mencionadas no item 7.3 em relação aos candidatos que são membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários (Item 7.4 do Formulário de Referência):

Comitê de Nomeação e Remuneração *		
Membro	Data da Posse	Término do Mandato
Sergio Luiz Silva Schwartz (Coordenador)	26/05/2021	31/05/2023
Alexandre Gonçalves Silva	26/05/2021	31/05/2023
Nildemar Secches	26/05/2021	31/05/2023

* Vide item 1 acima – informações do Item 7.3 do Formulário de Referência

Comitê Financeiro *		
Membro	Data da Posse	Término do Mandato
Sergio Luiz Silva Schwartz (Coordenador)	26/05/2021	31/05/2023
Nildemar Secches	26/05/2021	31/05/2023

** Vide item 1 acima – informações do Item 7.3 do Formulário de Referência*

Comitê de Auditoria Estatutário*		
Membro	Data da Posse	Término do Mandato
Henrique Bredda	28/04/2021	31/05/2031

** Vide item 1 acima – informações do Item 7.3 do Formulário de Referência*

Comitê de Estratégia e Inovação*		
Membro	Data da Posse	Término do Mandato
Gustavo Berg loschpe (Coordenador)	08/11/2021	31/05/2023
Alexandre Gonçalves Silva	08/11/2021	31/05/2023

** Vide item 1 acima – informações do Item 7.3 do Formulário de Referência*

3. Informação sobre a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor (Item 7.5 do Formulário de Referência):

Administrador do emissor ou controlada	CPF	Nome do emissor ou controlada	CNPJ	Pessoa Relacionada	Parentesco
Iboty Brochmann loschpe (Candidato a membro titular do CA)	000.922.820-91	lochpe-Maxion S.A.	61.156.113/0001-75	Claudia loschpe (Candidata a membro suplente do CA)	Pai (1º grau por consanguinidade)
Claudia loschpe (Candidata a membro suplente do CA)	938.905.590-34	lochpe-Maxion S.A.	61.156.113/0001-75	Iboty Brochmann loschpe (Candidato a membro titular do CA)	Filha (1º grau por consanguinidade)
Gustavo Berg loschpe (Candidato a membro titular do CA)	920.901.680-72	lochpe-Maxion S.A.	61.156.113/0001-75	Debora Berg loschpe (Candidata a membro suplente do CA)	Irmão (1º grau por consanguinidade)
Debora Berg loschpe (Candidata a membro suplente do CA)	801.868.310-72	lochpe-Maxion S.A.	61.156.113/0001-75	Gustavo Berg loschpe (Candidato a membro titular do CA)	Irmã (1º grau por consanguinidade)
Dan loschpe (Candidato a membro titular do CA)	439.240.690-34	lochpe-Maxion S.A.	61.156.113/0001-75	Salomão loschpe (Candidato a membro suplente do CA)	Irmão (1º grau por consanguinidade)
Salomão loschpe (Candidato a membro suplente do CA)	400.517.220-20	lochpe-Maxion S.A.	61.156.113/0001-75	Dan loschpe (Candidato a membro titular do CA)	Irmão (1º grau por consanguinidade)

4. Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo emissor, com exceção daquelas que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor

ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de algumas dessas pessoas (Item 7.6 do Formulário de Referência):

A Sra. Deborah Stern Vieitas, candidata a conselheira independente da Companhia, declarou que é conselheira independente do Banco Santander S/A, instituição financeira credora da Companhia.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

ANEXO IV – Informações sobre remuneração da Administração

Seguem abaixo as informações indicadas no Item 8 do Formulário de Referência:

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As práticas da Companhia relativas à remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária, do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração têm por objetivo servir como ferramenta de atração, motivação e retenção de profissionais, buscando assegurar que referida remuneração seja justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo e proporcionando o alinhamento dos interesses dos referidos profissionais com os interesses de longo prazo da Companhia.

A remuneração do Conselho Fiscal (quando instalado) é estabelecida pela assembleia de acionistas da Companhia, a qual tem por prática fixá-la no mínimo legal de acordo com o artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

Em reunião realizada em 26 de setembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou formalmente a Política de Remuneração da Administração da Companhia, com o fim de estabelecer as diretrizes que deverão ser observadas e, conseqüentemente, aplicadas para determinar a remuneração dos diretores estatutários e membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como dos comitês de assessoramento desse órgão, estatutários ou não. Em 26 de agosto de 2020, a política foi revisada pelo Conselho de Administração para prever a possibilidade de instituição de plano especial de retenção para diretores estatutários. A referida política encontra-se disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Companhia possui um Comitê de Nomeação e Remuneração, atualmente composto exclusivamente por membros do Conselho de Administração, o qual anualmente avalia e debate a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, com base em estudos e pesquisas de mercado coordenados pela área de Recursos Humanos, com o apoio de consultoria externa especializada. Após tal avaliação, o Comitê de Nomeação e Remuneração (i) juntamente com o Diretor Presidente da Companhia, delibera a respeito da remuneração dos diretores não estatutários, e (ii) apresenta sua recomendação ao Conselho de Administração, que delibera acerca da remuneração individual dos membros dos órgãos da administração (Conselho de Administração e Diretoria estatutária).

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Periodicamente, é realizada uma pesquisa de mercado, coordenada pela área de Recursos Humanos, com o apoio de consultoria especializada em remuneração executiva, que busca identificar as práticas e valores de remuneração de empresas de mesmo porte e setores de atuação similares à Companhia. O resultado dessa pesquisa é levado em consideração para fins de fixação e reajuste da remuneração individual. Eventualmente, podem ser realizadas pesquisas específicas para determinadas posições-chave, visando a tornar ainda mais precisa a análise. O grupo de empresas que constitui a amostra para a pesquisa é definido pelo Comitê de Nomeação e Remuneração.

No caso dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, o referido Comitê faz a recomendação dos ajustes, recomendação esta que é submetida à deliberação do Conselho de Administração, para que sejam definidos os ajustes necessários, garantindo a competitividade da remuneração individual dos administradores.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Comitê de Nomeação e Remuneração e, em sequência, o Conselho de Administração avaliam a adequação da política de remuneração da Companhia anualmente, levando em consideração as práticas de mercado verificadas nas pesquisas mencionadas no item anterior.

c) **composição da remuneração, indicando:**

(i) **descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**
- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**
- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**
- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A Companhia busca o alinhamento das suas práticas de remuneração aos seus interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor aos seus negócios. Assim, a remuneração fixa alinha-se aos interesses de curto prazo da Companhia e visa à recompensa imediata dos administradores, no que a Companhia, com base nas melhores práticas do mercado, entende ser suficiente para propiciar a retenção de talentos no curto prazo.

Já as práticas de remuneração variável, em especial na forma de bônus anuais, atuam como um híbrido entre os interesses de curto (ao referir-se aos resultados atingidos) e de médio e longo prazos (retenção e resultados a atingir) da Companhia.

As práticas de incentivos de longo prazo baseados em ações, conforme detalhado no item 8.4 deste Anexo, asseguram o comprometimento de seus beneficiários com a continuidade da Companhia e seus interesses no longo prazo.

Os elementos da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal (quando instalado), do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento do Conselho de Administração, em linha com os objetivos traçados, são estabelecidos de maneira diferenciada para cada órgão da Companhia, conforme detalhado a seguir:

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente a uma remuneração fixa, não atrelada à sua participação em reuniões, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa a recompensar, atrair e reter conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia. A remuneração fixa pode ainda ser acrescida em 30%, para o conselheiro que participa de um dos comitês de assessoramento, ou em 50%, para o conselheiro que participa de dois ou mais comitês, como forma de incentivo à participação dos executivos nos órgãos de assessoramento à administração da Companhia.

Adicionalmente, a remuneração do Presidente do Conselho de Administração poderá ser diferenciada, em razão de suas atribuições específicas e, conseqüentemente, maior demanda de tempo.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a uma remuneração variável, não participando, portanto, dos planos de incentivo de curto ou de longo prazo da Companhia. Os Conselheiros também não fazem jus a nenhum benefício pós-emprego.

A remuneração fixa é reajustada anualmente com base na aplicação de indicadores públicos de inflação (IPCA calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Diretoria (estatutária e não estatutária)

Os membros da Diretoria, estatutários ou não, fazem jus a uma remuneração fixa, a qual também é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa a recompensar, atrair e reter profissionais que agreguem valor aos resultados da Companhia. Como parte da remuneração fixa, a Companhia concede ainda aos membros da Diretoria os seguintes benefícios diretos e indiretos: vale refeição, seguro de vida em grupo, seguro de vida para acidentes pessoais, plano de saúde, veículo, combustível e, em alguns casos, plano odontológico.

A remuneração fixa dos diretores é reajustada anualmente com base em pesquisa salarial específica, sendo também levadas em consideração a performance do executivo e suas metas individuais.

Os diretores fazem jus ainda a uma remuneração variável. Como parte dessa remuneração, há o incentivo de curto prazo, pago em forma de bônus calculado sobre o desempenho anual da Companhia. O objetivo da remuneração variável de curto prazo é recompensar o resultado do ano, se as metas, financeiras e não financeiras, estipuladas para o período tiverem sido alcançadas.

A remuneração variável de curto prazo dos diretores é calculada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e está atrelada a métricas financeiras, como o Lucro Líquido, Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social (LAIR), Capital de Giro e ROIC, e métricas de sustentabilidade, apuradas anualmente pela Companhia.

No ciclo anual do planejamento do plano de negócios da Companhia, são definidos as metas e os desafios para os anos subsequentes, os quais, por sua vez, são desdobrados por toda a organização sob a forma de metas (financeiras e não financeiras) das operações de negócios e das unidades, buscando estimular a melhoria contínua dos resultados gerais da Companhia.

Havendo o cumprimento das metas traçadas, os diretores fazem jus à remuneração variável de curto prazo.

Ainda como parte da remuneração variável, a Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo pelo qual os diretores da Companhia são elegíveis a um prêmio em dinheiro referenciado no valor das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores e no retorno sobre capital investido na Companhia (“*Return On Invested Capital*” ou “ROIC”).

A estratégia desse elemento da remuneração tem por objetivo reforçar o alinhamento dos interesses dos administradores e da Companhia e seus acionistas, no horizonte de tempo que vai do médio ao longo prazo, especialmente ao condicionar o recebimento dos prêmios outorgados no âmbito do plano ao decurso do prazo de carência/permanência na Companhia e ao atingimento das metas de ROIC.

As características desse plano de incentivo de longo prazo estão detalhadas no item 8.4 deste Anexo. O objetivo do incentivo de longo prazo é (i) reter seus beneficiários e atrair novos talentos, bem como (ii) recompensar o resultado de um período mais longo (2 a 4 anos), também na hipótese de as metas estipuladas para esses períodos terem sido alcançadas, metas essas que são diferentes daquelas estipuladas para o curto prazo.

Os diretores também fazem jus a um benefício pós-emprego, representado por plano de complementação de benefícios de aposentadoria, oferecido pela Companhia por intermédio de um plano de previdência privada complementar, administrado por uma gestora independente de grande porte, de forma a alinhar seus benefícios àqueles concedidos por outras empresas que atuam no mesmo segmento da Companhia.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) acompanha a legislação existente, a qual prevê, além do reembolso obrigatório de despesas de locomoção e estada necessárias para o desempenho da função, compensação não inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor estatutário, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros distribuídos aos diretores estatutários. Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a nenhuma remuneração variável ou outros benefícios.

Comitê de Auditoria Estatutário e outros Comitês

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração que não sejam membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa a título de honorários.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração que sejam membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa descrita acima para aquele órgão, a qual prevê um acréscimo de até 50% da remuneração base do conselheiro, como forma de incentivo à participação dos referidos executivos nos órgãos de assessoramento à administração da Companhia.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e demais comitês de assessoramento do Conselho de Administração não fazem jus a nenhuma remuneração variável ou outros benefícios.

A remuneração fixa é reajustada anualmente com base na aplicação de indicadores públicos de inflação (IPCA calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Proporção de cada elemento na remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social findo em 31/dez/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa anual (com encargos sociais)	100,000000%	44,656297%	100,000000%	100,000000%
Salário ou pró-labore	28,694258%	41,116592%	100,000000%	100,000000%
Benefícios diretos e indiretos	9,115924%	3,539705%	0,000000%	0,000000%
Participações em comitês	62,189818%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração variável	0,000000%	52,768661%	0,000000%	0,000000%
Bônus	0,000000%	44,413260%	0,000000%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	8,355401%	0,000000%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	2,575042%	0,000000%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	100,000000%	100,000000%

Exercício social findo em 31/dez/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa anual (com encargos sociais)	100,000000%	44,307236%	100,000000%	100,000000%
Salário ou pró-labore	74,946666%	41,335917%	100,000000%	100,000000%
Benefícios diretos e indiretos	9,245552%	2,971320%	0,000000%	0,000000%

Exercício social findo em 31/dez/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária	Conselho Fiscal
Participações em comitês	15,807782%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração variável	0,000000%	53,388524%	0,000000%	0,000000%
Bônus	0,000000%	44,083159%	0,000000%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	9,305365%	0,000000%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	2,304240%	0,000000%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	100,000000%	100,000000%

Exercício social findo em 31/dez/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa anual (com encargos sociais)	100,000000%	85,739990%	100,000000%	100,000000%
Salário ou pró-labore	63,304075%	80,256295%	83,333333%	83,333333%
Benefícios diretos e indiretos	10,913900%	5,483695%	0,000000%	0,000000%
Participações em comitês	10,934342%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	14,847683%	0,000000%	16,666667%	16,666667%
Remuneração variável	0,000000%	9,851168%	0,000000%	0,000000%
Bônus	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	9,851168%	0,000000%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	4,408842%	0,000000%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	100,000000%	100,000000%

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração visa à atração e retenção de profissionais adequados às necessidades da Companhia e considera as composições referenciais de mercado à época da contratação de cada profissional específico, baseado em suas experiências e capacidade técnica.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados pela Companhia.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há qualquer remuneração suportada por subsidiárias ou controladas. A Companhia não possui acionista controlador.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, informa-se o seguinte:

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (2023) – Valores Anuais ¹				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ²	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	9,00	4,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual, segregada em:				
Salário ou pró-labore	5.554.275	7.726.123	772.612	14.053.010
Benefícios diretos e indiretos	685.250	805.380	-	1.490.630
Remuneração por participações em comitês	1.174.263	-	-	1.174.263
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável, segregada em:				

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (2023) – Valores Anuais ¹				
Bônus	-	9.199.185	-	9.199.185
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	2.362.536	-	2.362.536
Benefícios pós-emprego	-	492.988	-	492.988
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Total da remuneração	7.413.488	20.586.212	752.155	28.772.612

¹ A remuneração não inclui os encargos sociais de ônus do empregador.

² A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. Valor previsto caso seja instalado o Conselho Fiscal no exercício corrente.

Remuneração reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31/12/2022 – Valores Anuais ¹				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ²	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	0,75	12,75
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	0,75	12,75
Remuneração fixa anual, segregada em:				
Salário ou pró-labore	2.063.082	5.172.060	117.625	7.352.767
Benefícios diretos e indiretos	553.374	445.260	-	998.634
Remuneração por participações em comitês	3.775.180	-	-	3.775.180
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	-	5.586.748	-	5.586.748
Participação nos resultados	-	-	-	-

Remuneração reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31/12/2022 – Valores Anuais ¹				
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	1.051.027		1.051.027
Benefícios pós-emprego	-	323.915	-	323.915
Benefícios motivados pela cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Total da remuneração	6.391.637	12.579.009	117.625	19.088.271

¹ A remuneração não inclui os encargos sociais de ônus do empregador.

² A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. O Conselho Fiscal não foi instalado na AGO de 2022, mas nesse exercício esteve em funcionamento até a data da AGO (abril/2022).

Remuneração reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31/12/2021 – Valores Anuais				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	3,00	15,00
Remuneração fixa anual, segregada em:				
Salário ou pró-labore	4.440.817	5.238.584	449.628	10.129.029
Benefícios diretos e indiretos	511.443	376.561	-	888.005
Remuneração por participações em comitês	874.451	-	-	874.451
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	-	5.586.748	-	5.586.748
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	1.179.288		1.179.288
Benefícios pós-emprego	-	292.021	-	292.021

Remuneração reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31/12/2021 – Valores Anuais				
Benefícios motivados pela cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Total da remuneração	5.826.712	12.673.202	449.628	18.949.542

Remuneração reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020 – Valores Anuais				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	2,25	14,25
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	2,25	14,25
Remuneração fixa anual, segregada em:				
Salário ou pró-labore	4.257.712	4.842.529	269.823	9.370.064
Benefícios diretos e indiretos	676.314	330.877	-	1.007.190
Remuneração por participações em comitês	677.580	-	-	677.580
Outros ¹	920.083	1.544.428	53.965	2.518.475
Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	594.403	-	594.403
Benefícios pós-emprego	-	266.022	-	266.022
Benefícios motivados pela cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Total da remuneração	6.531.689	7.578.258	323.788	14.433.735

¹ Encargos sociais de ônus do empregador.

8.3. Em relação à remuneração variável dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, informa-se o seguinte:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2023)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	4	-	4
Número de membros remunerados	-	4	-	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	3.942.508	-	3.942.508
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	9.199.185	-	9.199.185
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	6.570.847	-	6.570.847
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	3	-	3
Número de membros remunerados	-	3	-	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.406.784	-	2.406.784
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	8.423.744	-	8.423.744
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	-	6.016.960	-	6.016.960

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	5.586.747	-	5.586.747
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	3	-	3
Número de membros remunerados	-	3	-	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.406.784	-	2.406.784
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	8.423.744	-	8.423.744
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	-	6.016.960	-	6.016.960
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	5.586.747	-	5.586.747
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	3	-	3
Número de membros remunerados	-	3	-	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, informa-se o seguinte:

Conforme indicado no item 8.1(c)(i) acima, o Conselho de Administração não faz jus a nenhum plano de remuneração baseado em ações.

A Diretoria estatutária faz jus a um plano de remuneração baseado em ações (Plano de Incentivo de Longo Prazo), conforme descrito a seguir::

a) Termos e condições gerais

O Plano de Incentivo de Longo Prazo (“Plano ILP”) da Companhia prevê a outorga de prêmios em dinheiro a determinados executivos da Companhia, referenciados (i) na valorização das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores; e (ii) no retorno sobre capital investido na Companhia (“Return Over Invested Capital” ou “ROIC”), observadas as condições gerais do referido plano. Para fins do Plano ILP, o recebimento do prêmio denomina-se, no primeiro caso, *Restricted Stock Unit* (“RSU”) e, no segundo caso, *Performance Share* (“PS”).

São elegíveis para participar do Plano ILP os principais executivos da Companhia e de suas controladas, conforme determinação do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por administrar o Plano ILP, com amplos poderes para sua organização.

De acordo com os termos do Plano ILP, o Conselho de Administração criará, periodicamente, programas no âmbito do Plano ILP e em conformidade com os planos estratégicos da Companhia, nos quais serão definidos: (i) os beneficiários; (ii) o número de RSUs e PSs a que o beneficiário fará jus; (iii) os prazos e condições para o recebimento dos RSUs e PSs; e (v) demais termos, condições e restrições aplicáveis ao respectivo programa, que não sejam contrários às diretrizes gerais do Plano ILP.

b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano ILP da Companhia foi originalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2016, tendo sido alterado por esse mesmo órgão em 29 de janeiro de 2020 e 26 de agosto de 2020.

c) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável, pois o Plano ILP não abrange a outorga de ações de emissão da Companhia, trata-se da outorga de um prêmio em moeda corrente baseado no preço das ações da Companhia em bolsa de valores, na forma de RSUs e PSs, conforme descrito neste item 8.4.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, pois o Plano ILP não envolve outorga de opções.

e) condições de aquisição de ações

O Plano ILP não abrange a outorga de ações de emissão da Companhia, trata-se da outorga de um prêmio em moeda corrente baseado no preço das ações da Companhia em bolsa de valores, na forma de RSUs e PSs, conforme descrito neste item 8.4. São elegíveis para participar do Plano ILP os principais executivos da Companhia e de suas controladas, conforme determinação do Conselho de Administração, levando em consideração os planos estratégicos da Companhia.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

No momento da outorga, a quantidade das RSUs e PSs será fixada da seguinte forma: (a) o Conselho de Administração fixará, a seu critério, para cada beneficiário, um fator (“Fator Referencial”) que, após multiplicado pelo montante do salário bruto mensal do beneficiário, será dividido pelo preço médio ponderado das ações de emissão da Companhia negociadas na bolsa nos últimos 20 pregões anteriores ao período de oito dias que antecede a data da outorga do Programa; e (b) as unidades resultantes de tal divisão serão separadas, em duas partes, conforme proporção definida pelo Conselho de Administração para cada programa, sendo que a primeira parte será o número de RSUs a que o beneficiário fará jus e a segunda parte, o número de PSs.

O Fator Referencial relativo aos diretores estatutários da Companhia será fixado pelo Conselho de Administração observando-se, ainda, o montante global da remuneração da administração estabelecido pela assembleia geral ordinária de acionistas da Companhia.

No momento da liquidação, o montante a ser pago ao beneficiário por cada RSU será equivalente: (i) ao preço médio ponderado das ações de emissão da Companhia negociadas na bolsa nos 10 pregões anteriores à data de liquidação aplicável, para os programas lançados até 2019 (inclusive); e (ii) ao preço médio ponderado das ações de emissão da Companhia negociadas na bolsa nos 20 pregões anteriores à data de liquidação aplicável, para os programas lançados a partir de 2020 (inclusive).

O montante a ser pago ao beneficiário por cada PS liquidada será equivalente: (i) ao preço da ação de emissão da Companhia negociada na bolsa na data de liquidação aplicável, para os programas lançados até 2019 (inclusive); e (ii) ao preço médio ponderado das ações de emissão da Companhia negociadas na bolsa nos 20 pregões anteriores à data de liquidação aplicável, para os programas lançados a partir de 2020 (inclusive).

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

De forma a alinhar a performance dos executivos aos resultados da Companhia no longo prazo, o Plano ILP estabelece que as RSUs serão liquidadas em três tranches distintas, de um terço cada, liquidadas até 30 de abril do ano em que a data de outorga completa o seu segundo, terceiro e quarto aniversários, respectivamente.

Por sua vez, as PSs serão liquidadas até 30 de abril do ano em que a data de outorga completa o seu quarto aniversário, ressalvado que as PSs somente serão devidas e pagas pela Companhia ao beneficiário de acordo com o atingimento das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração com base no ROIC apurado nos anos fiscais relativos ao respectivo programa. As efetivas metas de ROIC e montantes devidos serão estabelecidos pelo Conselho de Administração nos respectivos programas.

h) forma de liquidação

O pagamento dos montantes referentes à liquidação das RSUs ou PSs será realizado pela Companhia exclusivamente em moeda corrente, não havendo pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia.

i) restrições à transferência das ações

Não aplicável, pois o Plano ILP não abrange a outorga de ações de emissão da Companhia, trata-se da outorga de um prêmio em moeda corrente baseado no preço das ações da Companhia em bolsa de valores, na forma de RSUs e PSs, conforme descrito neste item 8.4.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não há critérios ou eventos específicos que quando observados ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do Plano ILP. Todavia, o Conselho de Administração da Companhia, órgão responsável pela administração do Plano ILP, poderá a seu critério alterar ou extinguir o referido plano. O Plano ILP tem prazo de vigência de 10 (dez) anos contados a partir de abril de 2016.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração: (i) no caso de término do contrato de trabalho ou do mandato do beneficiário, caducarão todas as RSUs e PSs outorgadas ao beneficiário em questão. No entanto, se o beneficiário se aposentar, deixando de exercer suas atividades na Companhia, as RSUs a ele outorgadas serão devidas proporcionalmente ao tempo em que seu contrato de trabalho ou mandato permaneceu em vigor; se o beneficiário falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função, as RSUs a ele outorgadas serão devidas em sua totalidade; e (ii) as PSs somente serão devidas e pagas na medida em que os respectivos beneficiários permaneçam continuamente vinculados à Companhia, pelo período compreendido entre a data de outorga e a data de liquidação aplicável.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, informa-se o seguinte:

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos três últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, informa-se o seguinte:

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, informa-se o seguinte:

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos três últimos exercícios sociais, informa-se o seguinte:

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, informa-se o seguinte:

Conforme descrito no item 8.4 acima, a Companhia possui plano de remuneração baseado em ações, sob a forma de outorga de prêmio em dinheiro referenciado na valorização das ações de emissão da Companhia.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2023)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
--------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------	------------------------------

Nº total de membros	9	3
Nº total de membros remunerados	-	3
Data de outorga	-	01/02/2023
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável	Não aplicável

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	3
Nº total de membros remunerados	-	3
Data de outorga	-	26/01/2022
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável	Não aplicável

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	3
Nº total de membros remunerados	-	3
Data de outorga	-	27/01/2021
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável	Não aplicável

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	3
Nº total de membros remunerados	-	3

Data de outorga	-	29/01/2020
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável	Não aplicável

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos três últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, informa-se o seguinte:

Conforme descrito no item 8.4 acima, a Companhia possui plano de remuneração baseado em ações, sob a forma de outorga de prêmio em dinheiro referenciado na valorização das ações de emissão da Companhia.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2023)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	3
Nº total de membros remunerados	-	3
Data de outorga	-	01/02/2023
Quantidade de RSUs e PSs outorgadas	-	266.474
Prazo máximo para entrega das RSUs e PSs	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência de RSUs e PSs	-	2 anos
Valor justo das RSUs e PSs na data de outorga (R\$)	-	11,18
Multiplicação da quantidade das RSUs e PSs outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (R\$)	-	2.979.179

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	3
Nº total de membros remunerados	-	3
Data de outorga	-	25/01/2022
Quantidade de RSUs e PSs outorgadas	-	185.026
Prazo máximo para entrega das RSUs e PSs	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência de RSUs e PSs	-	2 anos
Valor justo das RSUs e PSs na data de outorga (R\$)	-	11,18
Multiplicação da quantidade das RSUs e PSs outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (R\$)	-	2.810.545

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	3
Nº total de membros remunerados	-	3
Data de outorga	-	27/01/2021

Quantidade de RSUs e PSs outorgadas	-	149.496
Prazo máximo para entrega das RSUs e PSs	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência de RSUs e PSs	-	2 anos
Valor justo das RSUs e PSs na data de outorga (R\$)	-	15,02
Multiplicação da quantidade das RSUs e PSs outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (R\$)	-	2.245.430

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	3
Nº total de membros remunerados	-	3
Data de outorga	-	29/01/2020
Quantidade de RSUs e PSs outorgadas	-	89.862
Prazo máximo para entrega das RSUs e PSs	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência de RSUs e PSs	-	2 anos
Valor justo das RSUs e PSs na data de outorga (R\$)	-	23,32

Multiplicação da quantidade das RSUs e PSs outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (R\$)	-	2.095.582
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	-----------

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, informa-se o seguinte:

Conforme descrito no item 8.4 acima, a Companhia possui plano de remuneração baseado em ações, sob a forma de outorga de prêmio em dinheiro referenciado na valorização das ações de emissão da Companhia.

Ações entregues no exercício social findo em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	3
Nº total de membros remunerados	-	3
Número de ações	-	71.511
Preço médio ponderado de aquisição (R\$)	-	22,79
Preço médio ponderado de mercado de aquisição (R\$)	-	12,24
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	(754.064)

Ações entregues no exercício social findo em 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	3
Nº total de membros remunerados	-	3
Número de ações	-	48.090
Preço médio ponderado de aquisição (R\$)	-	20,03
Preço médio ponderado de mercado de aquisição (R\$)	-	13,01
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	(337.435)

Ações entregues no exercício social findo em 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	3
Nº total de membros remunerados	-	3
Número de ações	-	52.796
Preço médio ponderado de aquisição (R\$)	-	17,09
Preço médio ponderado de mercado de aquisição (R\$)	-	14,81
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	(120.060)

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando no mínimo:

a) Modelo de precificação

O modelo de precificação está detalhado no item 8.4 acima.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável.

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13. Quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Órgão	Quantidade de ações de emissão da Companhia	% do capital social da Companhia
Conselho de Administração	21.442.469	13,95%
Diretoria Estatutária	26.026	0,02%
Total	21.468.495	13,97%

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, informa-se o seguinte:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	9	3
Número de membros remunerados	0	3
Nome do plano	-	BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. (contribuição definida)
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	Não há administrador em condições de se aposentar.
Condições para se aposentar antecipadamente	-	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	3.150.317
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	323.914
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	Não há possibilidade

8.15. Para os três últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal, indica-se o seguinte:

	Diretoria Estatutária			Conselho Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022 ¹	31/12/2021	31/12/2020 ²
Nº de membros	3	3	3	9	9	9	0,75	3	2,25
Nº de membros remunerados	3	3	3	9	9	9	0,75	3	2,25
Valor da maior remuneração (R\$) ²	7.517.967	7.360.445	4.452.967	1.437.051	1.314.176	1.610.221	39.208	149.876	107.929
Valor da menor remuneração (R\$)	1.637.910	2.458.131	1.188.825	412.353	377.604	428.905	39.208	149.876	107.929
Valor médio da remuneração (R\$)	4.193.002	4.224.401	2.526.085	710.181	647.412	725.743	39.208	149.876	107.929

¹ A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. O Conselho Fiscal não foi instalado na AGO de 2022, mas nesse exercício esteve em funcionamento até a data da AGO (abril/2022).

² O Conselho Fiscal não foi instalado na AGO de 2019, mas foi instalado na AGO de 2020, tendo no exercício de 2020 funcionado a partir dessa data (abril/2020).

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária de maior remuneração exerceram suas funções na Companhia pelo período de 12 meses.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, salvo pelo disposto a seguir:

Em 26 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou a instituição de Plano Especial de Retenção em favor do Diretor Presidente da Companhia, o qual exerce o referido cargo desde 27 de março de 2014. O referido plano de retenção trata-se de incentivo de longo prazo correspondente a bônus a ser pago quando o Conselho de Administração decidir, por iniciativa desse órgão, o desligamento do atual Diretor Presidente do seu cargo, seja por destituição ou por término do mandato sem recondução ao cargo, e sempre sujeito à condição de que seja cumprido pelo referido executivo compromisso de não concorrência por determinado período. O valor máximo do referido plano de retenção será correspondente a 400.000 ações de emissão da Companhia negociadas na B3, convertidas pelo preço médio ponderado das ações nos 20

pregões anteriores à data do desligamento, sendo parte dele sujeito ainda ao cumprimento de metas de desempenho qualitativas.

Em 30 de junho de 2021, o Conselho de Administração aprovou a instituição de Plano Especial de Retenção em favor do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, o qual exerce o referido cargo desde 02 de dezembro de 2019. O referido plano de retenção trata-se de incentivo de longo prazo correspondente a bônus a ser pago, em moeda corrente, vinculado à condição de manutenção do contrato de trabalho do referido administrador por determinado período. O valor máximo do referido plano de retenção será correspondente a 75.080 ações de emissão da Companhia negociadas na B3, convertidas pelo preço médio ponderado das ações nos 20 pregões anteriores à data final do período de retenção, sendo parte dele sujeito ainda ao atingimento de metas de ROIC estabelecidas pelo Conselho de Administração.

A Companhia possui apólice de seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O). O valor do prêmio do seguro é de US\$72,4 mil e o limite da apólice é de US\$30,0 milhões.

8.17. Em relação aos três últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável. A Companhia não possui acionista controlador.

8.18. Em relação aos três últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve em relação aos três últimos exercícios sociais, e não há previsão de que haverá para o exercício social corrente, reconhecimento de nenhum valor no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19. Em relação aos três últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do

emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve em relação aos três últimos exercícios sociais, e não há previsão de que haverá para o exercício social corrente, reconhecimento de nenhum valor no resultado de controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia. A Companhia não possui acionista controlador.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia entende que todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

* * * * *